

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ITUPORANGA

VOLUME II – DIAGNÓSTICO, PROPOSTAS E DIRETRIZES

ELABORAÇÃO:

AMA VI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí DIRETORIA 2008

Presidente: Paulo Cezar Schlichting da Silva – Agrolândia
1º Vice-Presidente: Ivo Adami – Presidente Getúlio
2º Vice-Presidente: Odenir Felizari* - Rio do Oeste
Secretário Geral: Hugo Lembeck - Salete
1º Secretário: Vilmar Zandonai – Aurora
Tesoureiro Geral: Vanderlei Voltolini – Presidente Nereu
1º Tesoureiro: José Goetten de Lima* - Taió

CONSELHO FISCAL

Edna Beltrame Gesser* – Dona Emma
Milton Hobus* - Rio do Sul
Neri Fermino - Imbuia

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Paul Zerna – Witmarsum
Lourival Lunelli* – Vitor Meireles
Fernando Luiz Hoffmann* – Trombudo Central

SECRETARIO EXECUTIVO

Agostinho Senem

ASSESSORIA TÉCNICA

Dr. Luiz Alberto de Souza – Arquiteto e Urbanista

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fabiana Meurer - Arquiteta e Urbanista – Crea/SC 063288-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA

Rua Vereador Joaquim Boing, 40 – Centro – CEP: 88440 - 000
Fone: (47) 3533-1211
Prefeito Municipal: **Osni Francisco de Fragas**

CÂMARA DE VEREADORES

Kátia Muller – Presidente da Câmara
Ivan Roberto França
Michael Klaumann
Leandro May
Jaime Roberto Sens
Édio Carlos Machado
Elmo Pisseta
José Carlos Farias
Roberto Carlos Hamm

EQUIPE DA PREFEITURA

Luis Carlos Hessmann – Arquiteto e Urbanista
José Carlos Wiese - Engenheiro Civil
Tony Schutz – Desenhista e Projetista
Josemara Kuster – Oficial Administrativo

NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

(nomeado pelo Decreto Municipal nº 511 de 13.07.2007)

Claudia R. Goedert Lehmkuhl - 13ª Secretária de Desenvolvimento Regional
Alexandre Schaffer - 13ª Secretária de Desenvolvimento Regional
Daniel Rogério Schmitt - Epagri
Edson Xavier de Almeida - Epagri
José Carlos Wiese – Secretária Municipal da Administração e Planejamento
Acácio Clasen - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
Hélio Góss Oliveira - Secretária Municipal da Administração e Planejamento
Orli Osvaldo Vicente - Secretária Municipal da Administração e Planejamento
Juvenal Waldomiro Capistrano – Secretária da Industrial, Comércio e Turismo
Angelita Goedert Oliveira - Câmara de Vereadores
Luis Carlos Suzzena - Adaga
Ilário Meurer – Associação de Moradores do Bairro Vila Nova
Alenir José dos Santos – Associação de Moradores do Bairro Boa Vista
Carmelita Senem – Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio
Sônia Regina Sebold – Associação de Moradores do Bairro da Gruta
Cássio Cristiano Vandresen - Aciã
Solange Terezinha Lehmkuhl - Aciã
Pedro Adriano Damann - Sindicato Rural de Ituporanga
José Lino Becker - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga
Andréia Schmitz Fuck – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituporanga
Jaison Rosa – Unidavi – Campus Ituporanga
Adriana Correa – Unidavi - Campus Ituporanga
Alexandre Luiz Fernandes – Ong's Mãe D'Água
Gentil Becker – Ong's Mãe D'Água

COLABORAÇÃO

Elimar Arndt – Câmara de Dirigente Lojistas de Ituporanga
Amir Soares Mafra – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ituporanga
Luciana Hoffmann – Unidavi - Campus Ituporanga
Luciana Pothotz - 13ª Secretária de Desenvolvimento Regional
José Sávio Luckmann – Engenheiro Civil

SUMÁRIO

Introdução.....	04
Metodologia.....	05
Lançamento Regional do Plano Diretor Participativo.....	06
Lançamento do Plano Diretor Participativo no Município.....	08
Levantamento de Dados.....	09
Diagnóstico.....	10
Propostas e Diretrizes.....	33
Elaboração do Projeto-de-lei.....	49
Entrega do Plano Diretor ao Poder Executivo Municipal.....	52
Material de Divulgação.....	53

INTRODUÇÃO

Nos termos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), o Plano Diretor está definido como sendo **o instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana de um município**. Ou seja, o Plano deve definir o melhor modo de ocupar o território de um município, prever os pontos onde se localizarão as atividades e todos os usos do espaço, presente e futuros.

Mesmo sem a exigência em lei da elaboração do Plano Diretor, todos os municípios do Alto Vale do Itajaí optaram por elaborar seu Plano Diretor Participativo em parceria com a AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Na primeira etapa foi realizada a compilação de uma série de dados sócio-econômicos e físico-territoriais referentes à realidade do município, reunidos no Volume I denominado Levantamento de Dados. Os dados levantados foram apresentados na forma de textos e tabelas formando um documento completo em si mesmo, que além de subsidiar a elaboração do Plano Diretor, servirá como fonte de consulta e referência tanto para a Administração Municipal como para a iniciativa privada.

O objetivo do Levantamento de Dados foi conhecer em profundidade todos os aspectos da vida de Ituporanga, de forma a embasar o Diagnóstico e as Propostas e Diretrizes, que são apresentadas no Volume II e expressas em forma de lei no terceiro e último volume deste trabalho.

As informações apresentadas no Levantamento de Dados do Plano Diretor possibilitaram análises setoriais mais detalhadas, mas não formaram uma visão de conjunto, holística e integrada, da cidade como um todo. Por este motivo é preciso sintetizar e inter-relacionar estes dados, o que foi feito no Volume II através de discussões com a população utilizando a metodologia CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades.

A partir desta análise geral é possível chegar a uma síntese global da realidade do município, o que possibilitou a elaboração das Diretrizes e Políticas Setoriais e das Propostas.

O Plano Diretor só será eficaz se fizer parte de um processo contínuo de planejamento, no qual, ao invés de improvisos, busca-se antecipar soluções, evitar problemas e assim preparar o futuro.

Uma vez aprovado, o Plano Diretor deve ser revisado periodicamente, para que permaneça atualizado, acompanhando o crescimento da cidade e adaptando-se às novas contingências. A cidade é dinâmica como um organismo vivo e o Plano Diretor deve estar apto para acompanhar este dinamismo.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano Diretor, segundo o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10.257/2001 exige a participação efetiva de todos os cidadãos. É importante que as etapas sejam conduzidas, elaboradas e acompanhadas pelas equipes técnicas de cada prefeitura e pela sociedade civil organizada (associação de moradores, entidades de classe, ONG's, entidades profissionais, sindicatos e instituições que tradicionalmente falam diretamente aos cidadãos).

O Núcleo Gestor de Planejamento Territorial criado através de lei municipal e formado por representantes do poder público e da sociedade civil, foi o órgão responsável pelo acompanhamento da elaboração do Plano Diretor no município, e será responsável pelo controle e fiscalização da sua implementação.

Além das reuniões com o Núcleo Gestor, as audiências públicas também são requisitos obrigatórios no processo de discussão do Plano Diretor, sendo condição para validação da lei municipal que institui o Plano Diretor.

O Plano Diretor Participativo do Município de Ituporanga foi desenvolvido segundo as seguintes etapas:

- **1ª Etapa – Levantamento de Dados;**
- **2ª Etapa – Diagnóstico;**
- **1ª Audiência Pública** (discussão com a Comunidade das prioridades para o município e que viraram as Políticas Públicas Setoriais no Projeto-de-lei);
- **3ª Etapa – Propostas e Diretrizes;**
- **2ª Audiência Pública** (discussão das Propostas com a Comunidade);
- **4ª Etapa – Elaboração do Projeto de Lei.**

O cronograma geral de execução das etapas foi o seguinte:

- Lançamento Regional do Plano Diretor Participativo – 05/10/2005
- Lançamento do Plano Diretor Participativo no município – 14/10/2005
- 1º Etapa – Novembro 2005 a Dezembro 2006
- 2º Etapa – Dezembro 2006 a Novembro 2007
- 1ª Audiência Pública – 20/11/2007
- 3º Etapa – Dezembro 2007 a Abril 2008
- 2ª Audiência Pública – 29/04/2008
- 4º Etapa – Maio e Junho 2008
- Entrega do Plano Diretor ao Poder Executivo Municipal – 11/07/2008
- Sanção da Lei – 18/12/2008

LANÇAMENTO REGIONAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

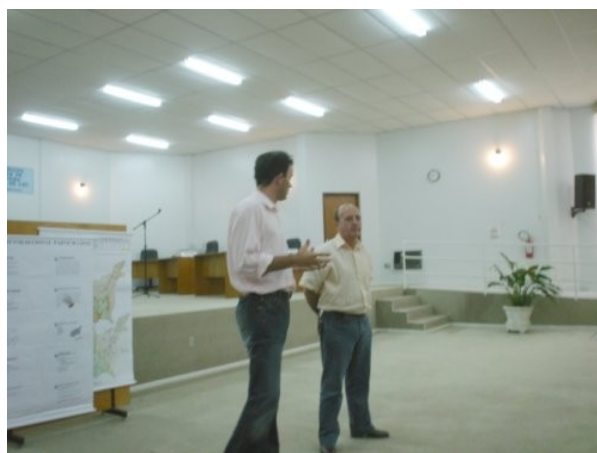
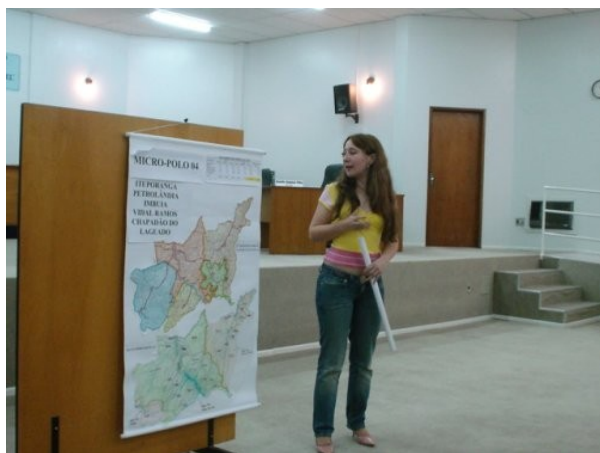
Em reunião realizada no dia 5 de outubro de 2005 no Parque Universitário Norberto Frahm em Rio do Sul, a AMAVI fez o lançamento do projeto Plano Diretor Regional Participativo. Participaram do evento prefeitos, vereadores, secretários municipais, representantes da imprensa regional e comunidade. Para realização do projeto a região do Alto Vale do Itajaí foi dividida em cinco micro-pólos com sede nos municípios de Ibirama, Rio do Sul, Ituporanga, Taió e Trombudo Central. Durante a reunião os técnicos da AMAVI apresentaram o cronograma para execução do projeto em cada município. No Alto Vale do Itajaí somente o município de Rio do Sul possuía prazo limite para conclusão do plano, até outubro de 2006. Esta obrigatoriedade está relacionada ao número de habitantes, ou seja, municípios com população acima de 20 mil habitantes. Atalanta, Presidente Getúlio, Salete, Vidal Ramos, Rio do Oeste, Ibirama e Vitor Meireles também possuem exigência de elaborar o plano, porque se inscreveram junto ao Ministério do Turismo como municípios com potencial turístico, porém sem definição de prazo limite. Por definição da 2ª. Conferência Regional das Cidades do Alto Vale do Itajaí, os demais municípios também resolveram elaborar seu Plano Diretor. Segundo o presidente da AMAVI, prefeito Carlos Hoegen, esta reunião marca o início de um trabalho que deverá ser realizado com a participação dos diferentes segmentos da sociedade. "Através do conhecimento técnico que a equipe da AMAVI possui, e com a colaboração de todos vamos realizar um grande mutirão pelo Alto Vale".





LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO

A visita da equipe da AMAVI, composto pelo Presidente da instituição e a coordenação Geral do Plano Diretor Participativo, ao município de Ituporanga aconteceu no dia 14 de Outubro de 2005, para a apresentação do arquiteto coordenador dos trabalhos no município, bem como para apresentar ao prefeito, secretários e líderes comunitários, a trajetória prevista pelo processo de planejamento territorial e a metodologia a ser utilizada na elaboração dos Planos Diretores.



LEVANTAMENTO DE DADOS

O levantamento de dados é a primeira etapa de elaboração do Plano Diretor Participativo, onde foram coletados uma série de dados sócio-econômicos e físico-territoriais referentes à realidade do município, e que estão reunidos no Volume I denominado Levantamento de Dados.

No final desta etapa, no dia 04 de Outubro de 2006, foi realizada uma reunião com representantes da Prefeitura Municipal para a apresentação do Levantamento de Dados, onde foi entregue uma cópia do Volume I e discussão dos dados apresentados.

Na sequência foi aberto espaço para discussão e identificação do perfil (vocação) do município com os presentes, com o slogan **“A cidade que temos e a cidade que queremos ter”**. **Qual o desenvolvimento pretendido de acordo com a realidade do município?**

A discussão resultou na identifica  o de mais de um perfil atual do município de Ituporanga a ser considerado, a saber: **Agrícola (60%); pólo prestador de serviços e comércio (30%); e industrial (10%)**.

Com relação    vocação do município para os próximos dez anos, foi consenso dos presentes a intenção de que o perfil agrícola ainda permaneça, mas que haja ações que incentivem    permanência do agricultor na área rural. Outra questão bastante abordada foi a do maior desenvolvimento do setor comércio, serviços e indústria, fortalecendo o perfil do município como pólo dos municípios da região produtora de cebola; e por último que se tenham também incentivos ao desenvolvimento do turismo numa forma geral, principalmente o Turismo Rural.



DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é a segunda etapa na elaboração do Plano Diretor, onde é feita a interpretação dos dados levantados e a identificação dos problemas, conflitos e potencialidades do município. Por fim, são definidos os temas prioritários para a organização territorial do município.

Para a realização do Diagnóstico optou-se pela utilização da metodologia CDP, onde a sobreposição das informações obtidas permite lançar uma proposta mais precisa e de acordo com as necessidades da população.

A sistemática CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), desenvolvida pelo órgão alemão GTZ, foi introduzida em Santa Catarina através do Gaplan (Gabinete de Planejamento do Estado), em 1983. Trata-se de um método de organização criteriosa e operacional de dados e fatos levantados, que facilitam a identificação de problemas e oportunidades, possibilitando apresentação de forma compreensível e de fácil visualização, sendo por este motivo um instrumento muito útil na discussão do Plano Diretor junto à comunidade.

Ao se adotar a metodologia CDP, classificam-se os dados levantados em três categorias básicas:

- **CONDICIONANTES:** São os elementos físicos do ambiente natural ou construído, ou planos e decisões existentes, com conseqüências futuras no ambiente físico-territorial, que determinam a ocupação e uso do espaço em estudo. As condicionantes figuram como restrições, impedimentos e obrigatoriedades. São elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados.
- **DEFICIÊNCIAS:** São situações de caráter negativo para o desempenho das funções urbanas e regionais e que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento das áreas urbanas ou territoriais e suas comunidades. Geram demandas de recuperação e melhoria sendo, portanto, elementos que representam problemas que devem ser solucionados.
- **POTENCIALIDADES:** São elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitadas adequadamente e podem ser incorporados positivamente ao sistema urbano, sem a necessidade de grandes investimentos públicos. Geram demandas de inovação sendo, portanto, elementos que representam melhorias na qualidade de vida das cidades.

A finalidade deste processo de sistematização e avaliação das informações consiste em identificar as áreas de ação, da confrontação da situação atual com uma situação mínima desejável determinada pela política, pela comunidade, por órgãos setoriais e na determinação das medidas prioritárias para satisfazer eficientemente a esta demanda.

Partindo deste princípio, deve ser atribuída máxima prioridade às medidas de desenvolvimento que resultem na eliminação de deficiências, levando-se em consideração as condicionantes pré-existentes e ao mesmo tempo aproveitando as potencialidades ou recursos ao alcance da administração local.

Após a classificação de todos os dados nestas três categorias – lembrando que um item pode ser considerado simultaneamente como condicionante, deficiência e potencialidade – chegamos à determinação das prioridades de ação para o município.

A aplicação da metodologia C.D.P. no Plano Diretor de Ituporanga foi utilizada tanto na Leitura Técnica como na Leitura Comunitária. A Leitura Técnica foi realizada através de reuniões da equipe técnica da Amavi com a equipe de suporte da Prefeitura. A Leitura Comunitária foi realizada através de reuniões com o Núcleo Gestor do município e uma Audiência Pública com a comunidade.

Nas reuniões com o Núcleo Gestor foi feita a interpretação e discussão dos dados levantados e a identificação das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (C.D.P.) do município baseadas em 4 grandes temáticas: **1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais, 2. Aspectos Físico-territoriais, 3. Infra-estrutura Social e 4. Infra-Estrutura Física** e por último foi realizada a identificação das prioridades e estratégias para o futuro do município. O resultado das reuniões de discussão do diagnóstico pode ser observado nas atas a seguir:

1ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Ituporanga

Data: **02/08/2007**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Esclarecimentos sobre o Plano Diretor, metodologia de elaboração e formas de participação; Apresentação das atribuições do Núcleo Gestor e Definição do seu Regimento Interno.**

Nº de Participantes: **22 pessoas**

Ata da 1ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Ituporanga: Aos 02 de Agosto de 2007, às 08:30 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Ituporanga, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município, nomeados através do Decreto Municipal nº 511/07, para sua primeira reunião. A pauta da reunião, conduzida pela Arquiteta Coordenadora do Plano Diretor do município, Fabiana Meurer, foi a seguinte: **1. Esclarecer o que é o Plano Diretor, sua metodologia de elaboração e as formas de participação. 2. Apresentar quais são as atribuições do Núcleo Gestor 3. Definição do seu Regimento Interno.** Após uma explanação sobre o que é o Plano Diretor, qual a metodologia adotada para a sua elaboração no município, e as atribuições e formas de participação dos membros do Núcleo Gestor durante o processo de elaboração do Plano Diretor municipal, foi aberta a palavra livre aos membros para discussão da pauta e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto apresentado. O Sr. Helio Goss Oliveira enfatizou a importância da participação de todos no processo de elaboração do Plano Diretor. A maioria dos presentes manifestou-se como de acordo com esta colocação. Não havendo mais questionamentos, partiu-se para a definição do Regimento Interno do Núcleo Gestor. Uma proposta de regimento elaborada pela AMAVI

foi entregue aos membros para discussão. Foram sugeridas algumas pequenas alterações ao Regimento proposto. Ficou definido, por exemplo, que as reuniões do núcleo serão realizadas ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente a cada duas semanas, as quintas-feiras, às 08:30hs e terão duração máxima de 1:30 (uma hora e trinta minutos) prorrogáveis a critério dos membros. Para a operacionalização das atividades do NGPT, foi eleito como Presidente Daniel Rogério Schmitt, Representante do Poder Executivo Estadual através da Epagri e como Vice-Presidente Juvenal Waldomiro Capistrano, Representante do Poder Público Municipal. A Secretária do Núcleo será Fabiana Meurer, coordenadora do Plano Diretor no município. O Sr. Alenir José dos Santos sugeriu que seja entregue no final de cada reunião o material que será discutido na próxima reunião para que os membros o analisem previamente. Foi sugerida também a participação de todos os vereadores nas reuniões do núcleo gestor, pois são eles que estarão aprovando a lei do Plano Diretor e sendo eles os principais representantes das comunidades do município. A reunião foi assim encerrada às 10:00hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 16 de agosto de 2007, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 02 de Agosto de 2007.



2ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Ituporanga

Data: **16/08/2007**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga**

Pauta do Dia: **Início da discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, com os seguintes temas: 1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Economia, Turismo e Cultura).**

Nº de Participantes: **17 pessoas**

Ata da 2ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Ituporanga: Aos 16 de Agosto de 2007, às 08:30 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município, nomeados através do Decreto Municipal nº 511/07, para sua segunda reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: I - apresentação pela Secretária Fabiana Meurer da pauta de discussão do dia que foi a seguinte: Início da discussão do

Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas: **1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Economia, Turismo e Cultura).** A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão do tema **1 – Aspectos Socioeconômicos e Culturais**, temos as seguintes tabelas:

1.1. Economia		
Setor Primário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• economia baseada na agricultura e ligada a tradição (destaque para as produções de fumo e cebola)	• atividade agrícola é a única e principal fonte de subsistência das famílias	• programas de incentivos específicos para novas culturas, diversificando a produção do município.
• Ituporanga é a Capital Nacional da Cebola	• produção de um só produto (monocultura)	• clima favorável a produção de outras culturas (principalmente frutas e hortaliças)
• estrutura fundiária caracterizada por minifúndios	• aproximadamente de 70 a 80% da produção agrícola é financiada	• Incentivo ao desenvolvimento de pequenas agroindústrias (principalmente laticínios e embutidos)
• predomínio do trabalho familiar	• gestão financeira da propriedade deficiente	• buscar parceria com empresas de beneficiamento animal (principalmente aves e suínos)
• pecuária que predomina ainda é a de subsistência	• falta de assistência técnica aos pequenos produtores de subsistência	
• a suinocultura e o gado leiteiro têm sua expressividade no município		
• produção da piscicultura tem crescido no município.		
• extração mineral de argila (pelas indústrias cerâmicas do município) e de cascalho para revestimento primário das vias		
• extração vegetal de lenha para abastecer as estufas de fumo		
• madeira em tora para fabricação de papel e celulose		

Setor Secundário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> atividades industriais vêm crescendo e se diversificando no município (artigos para vestuário e para construção civil foram os que mais cresceram) 	<ul style="list-style-type: none"> mão-de-obra não especializada 	<ul style="list-style-type: none"> localização estratégica do município (acesso fácil as Rodovias BR-470 e BR-282, pela SC-302, que corta o município);
<ul style="list-style-type: none"> Área Industrial localizada junto a SC-427 	<ul style="list-style-type: none"> Área Industrial apresenta-se saturada 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da área industrial
	<ul style="list-style-type: none"> falta de infra-estrutura na área Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> melhoria da infra-estrutura da área Industrial
	<ul style="list-style-type: none"> gestão pública da área industrial acontecendo em desacordo com a legislação 	<ul style="list-style-type: none"> qualificação da mão de obra;

Setor Terciário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Atividades concentradas no centro da cidade, além de pequenos núcleos nos bairros 	<ul style="list-style-type: none"> Setor dependente dos demais setores 	<ul style="list-style-type: none"> fortalecer o perfil de município pólo dos municípios da região produtora da cebola
<ul style="list-style-type: none"> Ituporanga é pólo prestador de serviços aos municípios da micro-região produtora de cebola 	<ul style="list-style-type: none"> dependente de centros maiores para produtos e serviços mais especializados 	<ul style="list-style-type: none"> melhorar o atendimento ao público
	<ul style="list-style-type: none"> apresenta períodos de sazonalidade nas vendas nas entressafas agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> organizar e estruturar melhor o setor tornando-o mais atrativo

1.2 Turismo		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> potencial natural existente (matas, rios, morros e cachoeiras) 	<ul style="list-style-type: none"> Potencial turístico existente é pouco explorado e a infra-estrutura de acesso aos pontos é precária 	<ul style="list-style-type: none"> incentivo ao desenvolvimento do Turismo Rural, Agroturismo e Turismo Religioso.
<ul style="list-style-type: none"> Salto Grande (deu origem ao nome do município) 	<ul style="list-style-type: none"> infra-estrutura turística de apoio, tanto hoteleira como gastronômica, ainda é pequena 	<ul style="list-style-type: none"> melhoria do acesso aos potenciais turísticos e da infra-estrutura de apoio
<ul style="list-style-type: none"> Gruta Nossa Senhora de Lurdes 	<ul style="list-style-type: none"> falta de um Plano Turístico municipal 	<ul style="list-style-type: none"> melhoria da infra-estrutura da Gruta Nossa Senhora de Lurdes
<ul style="list-style-type: none"> atrativos construídos (barragem, seminário, museus, pesque-pagues, casa giratória) 		<ul style="list-style-type: none"> implantação de roteiro turístico
<ul style="list-style-type: none"> A Festa Nacional da Cebola é o principal atrativo turístico do município. 		<ul style="list-style-type: none"> estrutura existente do Parque de Exposições
<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Agroturismo "Acolhida na Colônia" 		

Como destaque na discussão dos Aspectos Socioeconômicos do município está a criação de programas de incentivos específicos para produção de novas culturas agrícolas; fortalecimento do perfil de Ituporanga de pólo

prestador de serviços aos municípios da região produtora da cebola, incentivo ao desenvolvimento do turismo, principalmente o Turismo Religioso. O item Cultura não chegou a ser discutido por causa do adiantado da hora, ficando este tema para discussão na

reunião que for tratada a Educação. II - Encerramento as 10:10 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 30 de agosto, estando presentes os seguintes

membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 16 de agosto de 2007.



3ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Ituporanga

Data: **30/08/2007**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga**

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, com os seguintes temas: 2. Aspectos Físico-Territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente).**

Nº de Participantes: **20 pessoas**

Ata da 3ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Ituporanga: Aos 30 de Agosto de 2007, às 08:30 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município, nomeados através do Decreto Municipal nº 511/07, para sua terceira reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: I - apresentação pela Secretária Fabiana Meurer da pauta de discussão do dia que foi a seguinte: Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com

a apresentação do seguinte tema: **2. Aspectos Físico-territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente).** A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão do tema temos as seguintes tabelas:

2.1 Geomorfologia		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> dominância de solos cambissolos originados de rochas sedimentares 	<ul style="list-style-type: none"> solos altamente vulneráveis a erosão. 	<ul style="list-style-type: none"> a ocupação de encostas, deve ser limitada ao máximo, preservando-se as características originais dos terrenos
<ul style="list-style-type: none"> O relevo que compõe o município apresenta grandes variações altimétricas 	<ul style="list-style-type: none"> O planejamento e direcionamento da ocupação são em alguns pontos prejudicados por seu relevo e por sua declividade, que é bastante acentuada 	<ul style="list-style-type: none"> Implantar projeto de contenção das encostas ao longo do Loteamento Frei Jerônimo (considerada área de risco)
<ul style="list-style-type: none"> a ocupação do território deu-se nos fundos dos vales, seja com urbanização, seja com agricultura. 		

2.2 Meio Ambiente		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Uso do Solo e da Água 	<ul style="list-style-type: none"> Contaminação do solo e da água pelo uso inadequado de agrotóxicos 	<ul style="list-style-type: none"> controle do uso de agrotóxicos e do manejo do solo
<ul style="list-style-type: none"> No sentido Sul-Norte o município é cortado pelo Rio Itajaí do Sul, que constitui sua maior rede Hidrográfica 	<ul style="list-style-type: none"> Manejo inadequado do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação dos projetos de recuperação ambiental existentes
	<ul style="list-style-type: none"> poluição da água por esgotos e dejetos de animais 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos à recuperação da mata ciliar com espécies nativas
	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos depositados inadequadamente 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de unidades de Conservação
	<ul style="list-style-type: none"> áreas de preservação permanente degradadas 	<ul style="list-style-type: none"> recuperação de áreas de preservação permanente degradada (principalmente encostas)
	<ul style="list-style-type: none"> apenas 34% da mata nativa original do município resistiu a ocupação humana 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de áreas verdes públicas urbanas
	<ul style="list-style-type: none"> dragagem, canalização, retificação e desvio do rio 	<ul style="list-style-type: none"> Implantar programas de específicos de educação ambiental nas escolas (Projeto Ambial)
	<ul style="list-style-type: none"> diminuição da água dos rios 	<ul style="list-style-type: none"> Delimitar área de expansão urbana no Zoneamento
		<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de terras para preservação permanente por entidades públicas
<ul style="list-style-type: none"> Reflorestamentos existentes 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de espécies exóticas (biodiversidade ameaçada) 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de espécies exóticas para abastecer as estufas de fumo e a construção civil; bem como atividade econômica
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização da FATMA/ Polícia Ambiental (sede em Rio do Sul) 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade de ações preventivas 	<ul style="list-style-type: none"> Municipalização do licenciamento ambiental através de convênio entre Prefeitura e a FATMA
<ul style="list-style-type: none"> Projeto Micro-bacias e Projeto Piava 		<ul style="list-style-type: none"> Criação de Departamento ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente
<ul style="list-style-type: none"> Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA. 	<ul style="list-style-type: none"> conselho atualmente não é nomeado, não realizando reuniões periódicas 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do Conselho Municipal de Meio Ambiente
<ul style="list-style-type: none"> Associação de Proteção Ambiental Mãe D' Água (Ong) 		<ul style="list-style-type: none"> Criação de Legislação Ambiental Municipal

<ul style="list-style-type: none"> • área de interesse de preservação ecológica e ambiental, com mata nativa localizada no centro da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de um parque urbano ecológico para educação ambiental
--	---

II - Encerramento as 10:00 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 13 de setembro, estando presentes os seguintes

membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 30 de Agosto de 2007.



4ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia

Data: 13/09/2007

Horário: 08:30 hs

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: 3. Infra-estrutura Social (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte e Lazer).**

Nº de Participantes: 13 pessoas

Ata da 4ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Ituporanga: Aos 13 de Setembro de 2007, às 08:30 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município, nomeados através do

Decreto Municipal nº 511/07, para sua quarta reunião.

A ordem da reunião foi a seguinte: I - apresentação pela Secretária Fabiana Meurer da pauta de discussão do dia que foi: Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação do tema **3 - Infra-estrutura Social (Educação, Cultura,**

Saúde, Assistência Social, Esporte e Lazer e Segurança).

A metodologia utilizada para a discussão foi a mesma das reuniões anteriores, onde são apresentadas as Condicionantes dentro de

cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão do tema 3, temos as seguintes tabelas:

3.1 Educação		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Colégio, escolas e creches existentes Projeto Alfabetizado 	<ul style="list-style-type: none"> demanda reprimida de matrículas na educação infantil em diversos bairros 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de unidade de educação infantil no bairro Bela Vista;
	<ul style="list-style-type: none"> O P.A.M. não possui sede própria, utilizando precariamente a estrutura do Parque de Exposições. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de unidade de educação infantil (Pré-escolar) para atender os bairros Gabiroba e Boa Vista (C.E.I. Cebolinha)
	<ul style="list-style-type: none"> C.E. Profª Bernardina Farias de Matos não apresenta condições físicas de ampliação 	<ul style="list-style-type: none"> Previsão de ampliação a curto prazo da C.E.I. Pequeno Príncipe, C.E.I. Pedro Julio Muller;
	<ul style="list-style-type: none"> Colégios particulares com dificuldades administrativas 	<ul style="list-style-type: none"> Previsão de ampliação a médio prazo da C.E.I. Cecília K. Thiesen e C.E.I. Matilde Sens;
		<ul style="list-style-type: none"> Previsão de ampliação a longo prazo do C.E.I. Luciane Haverroth, para atender o ensino fundamental do 1º ao 5º ano no Centro.
<ul style="list-style-type: none"> Curso superior (Campus UNIDAVI) 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da demanda de alunos 	<ul style="list-style-type: none"> implantação de escola de período integral, que atenderia também aos alunos do P.A.M.
<ul style="list-style-type: none"> Biblioteca Pública Municipal Jorge Lacerda 	<ul style="list-style-type: none"> Má localização e acervo pequeno biblioteca não é informatizada espaço físico existente não possibilita atividades de leitura 	
<ul style="list-style-type: none"> cursos técnicos e profissionalizantes no N.E.P. (Núcleo de Ensino Profissionalizante) 		

3.2. Cultura		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Etnia colonizadora formada por alemães, portugueses e italianos Influência da cultura regionalista gaúcha 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de um local fixo para exposição e venda do artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de espaço (centro cultural) para manifestações culturais, exposição e venda de artesanato;
<ul style="list-style-type: none"> artesanato de madeira, palha e tecido, bordados a mão 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de incentivos a produção de artesanato e culinária típica 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de roteiros culturais e turísticos integrados entre os municípios da região;
<ul style="list-style-type: none"> gastronomia típica influenciada pela cultura alemã e italiana. 		

<ul style="list-style-type: none"> • grupos de dança, corais, fanfarras, que se apresentam em festas locais e da região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de incentivos e de valorização as manifestações culturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização da comunidade para preservação do patrimônio cultural;
<ul style="list-style-type: none"> • Na arquitetura há traços da cultura alemã, verificado nas casas mais antigas 	<ul style="list-style-type: none"> • muitas destas edificações antigas estão abandonadas ou mal conservadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Lei Incentivo a Preservação do Patrimônio Histórico construído;
<ul style="list-style-type: none"> • A Igreja Católica é a que predomina. Também é expressiva a Igreja Evangélica de Confissão Luterana 		
<ul style="list-style-type: none"> • O evento oficial do município é a Festa Nacional da Cebola. As demais festas tradicionais no município são a Festa da Igreja Matriz Santo Estevão, a Festa do Seminário e o Festival Pró-Dança. 		

3.3 Saúde

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Hospital Bom Jesus • 7 unidades de saúde • 2 postos de atendimento • Unidade de Saúde do centro está em reforma e ampliação 	<ul style="list-style-type: none"> • pouco espaço físico para o atendimento na unidade de saúde do bairro Nossa Senhora de Fátima • Unidade de Saúde da Bela Vista funciona em uma sala alugada que foi adaptada • Falta de uma UTI no hospital Bom Jesus • demanda reprimida para procedimentos como RX de média Complexidade, Exames Laboratoriais de Média Complexidade e Ultrassonografia de Articulações. • exames de alto custo como mamografias, oncologia e risco de obstetrícia 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da unidade de saúde do bairro Nossa Senhora de Fátima com implantação de consultório odontológico • implantação de uma unidade de saúde definitiva na localidade de Bela Vista • UTI do Hospital Bom Jesus em fase de implantação; • Centro de atendimento a mulher em fase de projeto
<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Saúde da Família (PSF) 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de especialidades médicas, exames especializados • falta de conscientização da população com as questões de saneamento e com o próprio cuidado com a saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do atendimento de forma preventiva e educativa das agentes do PSF

3.4. Assistência Social e Habitação

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Recuperação – RENASCER, para mulheres dependentes de álcool e drogas 	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Renascer apresenta os leitos lotados e com fila de espera 	
<ul style="list-style-type: none"> • PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil através do PAM 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de uma sede própria para o PAM. 	
<ul style="list-style-type: none"> • grupos de 3ª idade e grupos de mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> • falta de programas para jovens e mulheres 	
<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Tutelar, Conselho dos Direitos e Conselho da Comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • estrutura física da APAE deficiente 	

<ul style="list-style-type: none"> • APAE • Instituição Irmã Paulina • Casa de Passagem (albergue) <ul style="list-style-type: none"> • Lar da Solidariedade • “Programa de Moradia Econômica” 	<ul style="list-style-type: none"> • desemprego e empregos temporários, (somente no período das safras agrícolas) • déficit habitacional (850 famílias) 	<ul style="list-style-type: none"> • estruturação do setor social do município, inclusive com contratação de mais profissionais da área social; • implantação de Programas de habitação popular para atender ao déficit existente (preferência a implantação de unidades isoladas)
<ul style="list-style-type: none"> • Conjuntos Habitacionais existentes (5) 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto Residencial Irmã Paulina apresenta problemas de infra-estrutura (falta de pavimentação nas vias e falta de abastecimento de água e energia elétrica nas partes mais altas) 	<ul style="list-style-type: none"> • ampliar o abastecimento de água e energia elétrica no Conjunto Residencial Irmã Paulina • legislação mais restritiva para implantação de conjuntos habitacionais
	<ul style="list-style-type: none"> • problemas de alcoolismo, depressão, gravidez na adolescência, falta de saneamento e ocupação irregular nas áreas verdes dos loteamentos Perimbó I, II e III 	<ul style="list-style-type: none"> • implantar programas de saneamento e regularizar ocupação irregular nas áreas verdes dos loteamentos Perimbó I, II e III
<ul style="list-style-type: none"> • áreas de Interesse Social de regularização fundiária 	<ul style="list-style-type: none"> • Loteamento Frei Jerônimo, (área de risco de deslizamento) • Lagoa Vermelha (ocupação irregular) 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar projeto de contenção das encostas ao longo do Loteamento Frei Jerônimo • definir Zona de Interesse Social (ZEIS) na Lagoa Vermelha e Loteamento Frei Jerônimo

Os itens Esporte e Lazer e Segurança não chegou a ser discutido por causa do adiantado da hora, ficando este tema para discussão na próxima reunião juntamente com a discussão do Sistema Viário. II - Encerramento as 10:10

hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 27 de setembro, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 13 de Setembro de 2007.



5ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia

Data: 27/09/2007

Horário: 08:30 hs

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: 3 - Infra-estrutura Social (Esporte e Lazer e Segurança e 4. Infra-estrutura Física (Sistema Viário).**

Nº de Participantes: 14 pessoas

Ata da 5ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Ituporanga: Aos 27 de Setembro de 2007, às 08:30 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município, nomeados através do Decreto Municipal nº 511/07, para sua quinta reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: I - Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor

Municipal dos temas **3 - Infra-estrutura Social (Esporte e Lazer e Segurança) e 4- Infra-estrutura física (Sistema Viário).** A metodologia utilizada para a discussão foi a mesma das reuniões anteriores, onde são apresentadas as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão temos as seguintes tabelas:

3.5. Esporte e Lazer		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> escolinhas de futebol de salão, vôlei e handebol Torneios municipais e regionais de futebol 		<ul style="list-style-type: none"> fornecer transporte aos times de futebol de campo que participam dos torneios ampliar o apoio aos torneios municipais para outros esportes
<ul style="list-style-type: none"> destaca-se nas disputas regionais no Judô e no futsal com o Moitas Atlético Clube. 		<ul style="list-style-type: none"> proibir a implantação de bares e a venda de bebidas alcoólicas nas praças públicas ou definir horário para a venda
<ul style="list-style-type: none"> Ginásios, quadras de Esportes e salões comunitários existentes 	<ul style="list-style-type: none"> Faltam equipamentos de lazer, principalmente para crianças e jovens no centro 	<ul style="list-style-type: none"> organização de ruas de lazer nos finais de semana
<ul style="list-style-type: none"> Estádio Municipal Antônio Vandresen 		<ul style="list-style-type: none"> disponibilizar monitores para realizar atividades físicas nas praças esportivas
<ul style="list-style-type: none"> Praças existentes nos bairros e no centro 	<ul style="list-style-type: none"> Faltam de uso esportivo e de lazer das praças existentes 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de áreas de lazer para crianças e jovens no Centro Reestruturação da Praça Frei Gabriel (em frente à Matriz)
	<ul style="list-style-type: none"> poucas áreas verdes para uso da população 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de um parque na área central da cidade
<ul style="list-style-type: none"> Pesque-pagues existentes 		
<ul style="list-style-type: none"> Parque Municipal de exposições 	<ul style="list-style-type: none"> infra-estrutura do parque de exposições pouco aproveitada 	

3.6. Segurança		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Polícia Civil 	<ul style="list-style-type: none"> principais ocorrências são acidentes de trânsito, furtos, ameaças, brigas e perturbação do sossego (som alto) 	<ul style="list-style-type: none"> busca de novo local para a unidade prisional
<ul style="list-style-type: none"> Delegacia regional 	<ul style="list-style-type: none"> falta de espaço físico na 	<ul style="list-style-type: none"> adoção de atividades para os

	unidade prisional	presos
• Polícia Militar	• deficiência no atendimento policial	
• Guarnição do Corpo de Bombeiros (presta serviços a 7 municípios da região)	• espaço físico limitado da sede do Corpo de Bombeiros • falta de apoio financeiro ao Corpo de Bombeiros por parte dos outros municípios	• Implantação de uma sede própria para o Corpo de Bombeiros

4.1. Sistema Viário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Rodovias estaduais cruzando a malha viária urbana	• Conflito entre trânsito local x trânsito de passagem x pedestres	• A médio prazo, pavimentação da SC-426 entre Ituporanga e Atalanta
• Sistema viário atual originário da ocupação humana desde a colonização (ao longo do Rio Itajaí do Sul e afluentes)	• concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo das vias principais (ruas sem previsão de alargamento)	• Elaboração de um Plano de Circulação Urbana, com revisão de todo o Sistema Viário do município.
• vias principais: binário formado pela Rua Presidente Nereu e Rua Tenente Jacob Philippe/Frei Manoel/Governador Celso Ramos; A Rua Leonel Thiesen/Governador Jorge Lacerda atua como contorno viário	• Principais pontos de acidentes ou conflitos de trânsito: - cruzamento da Rua Castelo Branco x Rua Presidente Nereu x Ponte Adolfo Konder; - cruzamento Rua Prefeito Virgílio Scheller x Rua Carlos Thiesen;	• Implantação, a médio prazo, de contornos viários, desviando o tráfego pesado e de passagem do centro da cidade • Padronização do revestimento das calçadas
• Malha viária ortogonal (tipo tabuleiro de xadrez)	• Pequenos congestionamentos nas vias principais nos horários de pico	• Reurbanização da Rua Presidente Nereu, com melhoria dos passeios, estacionamentos e implantação de mobiliário urbano
	• Má conservação, inexistência ou sub-dimensionamento de passeios	• implantação de 3 pontes sobre o Rio Itajaí do Sul (1-continuação da Rua Carlos Thiesen, induzindo o crescimento para a margem esquerda; 2-fazendo ligação entre os bairros Vila Nova e Fachinal da Vila Nova; 3-substituição da ponte pênsil do bairro do Salto por outra de concreto
	• carência de vagas de estacionamento no horário comercial na Rua Presidente Nereu.	• cobrança da tarifa de estacionamento público na área central nos horários comerciais
	• Inexistência de ciclovias	• Implantação de Ciclovias ao longo das ruas Presidente Vargas/Deputado Albino Zeni; Leonel Thiesen, Prefeito Virgílio Scheller, Adão Sens e João Sttefens;
• Transporte Coletivo existente funciona com características intermunicipais	• falta de linhas de ônibus interbairros ou circulares	• Implantação, a longo prazo, de transporte coletivo na área central, prevendo o lugar indicado para a instalação de um terminal urbano e pontos de parada

• Terminal Rodoviário Germano Muller	• terminal mal conservado	• reforma completa do edifício, retificação do calçamento, obras de paisagismo e melhorias do acesso a SC-427
--------------------------------------	---------------------------	---

II - Encerramento as 10:15 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 11 de outubro, estando presentes os seguintes

membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 27 de Setembro de 2007.



6ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia

Data: 11/10/2007

Horário: 08:30 hs

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: Item 4. Infra-estrutura física (Saneamento, Energia Elétrica e Comunicação) e discussão dos limites atuais do Perímetro Urbano**

Nº de Participantes: 13 pessoas

Ata da 6ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Ituporanga: Aos 11 de Outubro de 2007, às 08:30 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município, nomeados através do **Decreto Municipal nº 511/07**, para sua sexta reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: I - **Discussão do Diagnóstico** do Plano Diretor Municipal dos

seguintes temas: **Item 4. Infra-estrutura física (Saneamento, Energia Elétrica e Comunicação)**. A metodologia utilizada para a discussão foi à mesma das reuniões anteriores, onde são apresentadas as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão temos as seguintes tabelas:

4.2. Saneamento		
Abastecimento de Água		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• tratamento e abastecimento de água realizado pela CASAN	• na área rural utilização de poços e nascentes (sem tratamento)	• Definição da responsabilidade quanto ao sistema de saneamento do município (CASAN ou Prefeitura)
• ponto de captação no Rio Itajaí do Sul	• Ponto de captação a abaixo do bairro Vila Nova.	• busca de novo manancial de captação de água

<ul style="list-style-type: none"> ETA (Estação de Tratamento de Água) localizada na Rua Duque de Caxias, próximo ao ponto de captação 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de tratamento de água deficiente 	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento do sistema de tratamento de água
<ul style="list-style-type: none"> A capacidade de tratamento e armazenamento atende a demanda atual 		

Esgoto

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Utilização de fossa séptica e filtros anaeróbios, principalmente a ligada à rede pluvial 	<ul style="list-style-type: none"> Não há sistema de tratamento coletivo de esgotos grau de eficiência e periodicidade de manutenção do sistema (fossa/filtro) 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de Programas de Tratamento de Esgoto (de preferência coletivos)
	<ul style="list-style-type: none"> Edificações que não possuem nenhum sistema de tratamento de esgoto (Segundo dados do PSF em 2006 eram 30% das edificações do município) 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização do destino do esgoto principalmente as margens do rio Itajaí do Sul

Drenagem

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> sistema de drenagem pluvial de micro-drenagem com rede de tubulação coletora e caixas coletoras tipo boca-de-lobo 	<ul style="list-style-type: none"> rede sub-dimensionada causa alagamentos por falta de vazão em vários pontos da área urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do sistema de drenagem pluvial da área urbana, principalmente dos pontos críticos (foz do Rio Gabiroba e trechos do bairro Santo Antonio)

Resíduos Sólidos

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Coleta, transporte e destinação final do lixo realizada pela prefeitura municipal 	<ul style="list-style-type: none"> Coleta seletiva não tinge a área rural do município 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o sistema de coleta seletiva para a área rural do município
<ul style="list-style-type: none"> Centro de triagem, localizado no Cerro Negro 	<ul style="list-style-type: none"> falta de conscientização das famílias em separar e depositar os resíduos de forma seletiva para coleta Grande quantidade de rejeito; 	<ul style="list-style-type: none"> Criar sistema de compostagem do material orgânico no Centro de Triagem criação de programas de conscientização da população para a reciclagem de lixo
<ul style="list-style-type: none"> Destino final Aterro Sanitário em Otacílio Costa 	<ul style="list-style-type: none"> Custo transporte e do destino final do lixo 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de Consórcio Regional para os resíduos sólidos (usina de reciclagem e aterro sanitário)
<ul style="list-style-type: none"> Antigo lixão desativado 	<ul style="list-style-type: none"> Não foi realizado nenhum processo de tratamento e recuperação da área degradada. 	<ul style="list-style-type: none"> recuperação da área degradada do antigo lixão
<ul style="list-style-type: none"> coleta de lixo hospitalar terceirizada 		

4.3 Energia Elétrica

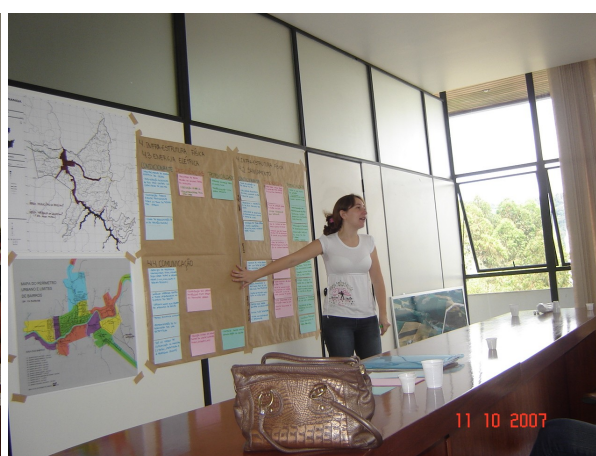
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento de energia elétrica da CELESC, subestação localizada na Rua Frei Gaspar, com capacidade de 12,5 MVA. 	<ul style="list-style-type: none"> baixa tensão e oscilações de energia em algumas partes do município 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da rede de iluminação pública em alguns pontos

<ul style="list-style-type: none"> Iluminação pública atende praticamente todas as ruas do perímetro urbano do município. 	<ul style="list-style-type: none"> Transformadores com pouca capacidade de abastecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Revisão e ampliação do sistema de fornecimento de energia elétrica ao município
<ul style="list-style-type: none"> linha de Transmissão de Alta Tensão (525 Kv) 		

4.4 Comunicação		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> O município conta com serviços de telefonia convencional fixa, celular fixo (área rural) e celular móvel (TIM, VIVO, CLARO e BRASILTELECOM) 		
<ul style="list-style-type: none"> agência dos correios localizada no Centro e posto de atendimento no Distrito de Rio Bonito 	<ul style="list-style-type: none"> distribuição das correspondências é feita apenas no perímetro urbano 	<ul style="list-style-type: none"> ampliação da rede de internet
<ul style="list-style-type: none"> Rádio Sintonia 1.310AM, localizada na Rua João Steffens 	<ul style="list-style-type: none"> horário de funcionamento e o atendimento da agência dos correios é ruim 	<ul style="list-style-type: none"> implantação de uma rádio comunitária
<ul style="list-style-type: none"> jornais locais que tratam de assuntos específicos da região 		
<ul style="list-style-type: none"> retransmissão de TV é realizada por uma repetidora 	<ul style="list-style-type: none"> Repetidora operando com problemas 	
<ul style="list-style-type: none"> Há 04 torres de comunicação (01 de rádio, 01 repetidora de TV e 02 de telefonia celular) 	<ul style="list-style-type: none"> Poluição visual em alguns pontos do centro da cidade (leiteiros, faixas, outdoors, luminosos, entre outros) Poluição sonora nas ruas principais 	<ul style="list-style-type: none"> controle deste tipo de comunicação no centro da cidade (horários, decibéis)

II – Discussão dos limites atuais do Perímetro Urbano: Da discussão quanto à ampliação ou não do perímetro urbano do município foi consenso entre os presentes que o atual perímetro ainda possui muitos terrenos com possibilidade de ocupação, não justificando sua ampliação. A única ressalva foi com relação à área localizada aos fundos

do distrito industrial, onde o município está adquirindo terrenos para a ampliação da área industrial. **III - Encerramento** as 10:10 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 01 de novembro, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 11 de Outubro de 2007.



7ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial de Imbuia

Data: 01/11/2007

Horário: 08:30 hs

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga

Pauta do Dia: Eleição das Prioridades e Estratégias do Diagnóstico

Nº de Participantes: 11 pessoas

Ata da 7ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Ituporanga: Ao 01 de Novembro de 2007, às 08:30 horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Ituporanga, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) do município, nomeados através do **Decreto Municipal nº 511/07**, para sua sétima reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: I - **Eleição das Prioridades e Estratégias do Diagnóstico:** Como resultado da discussão tem-se as seguintes **Prioridades:**

1. Aspectos Socioeconômicos

Economia

1. Diversificação das culturas produzidas no município, através da criação de programas de incentivos específicos para a mudança de

produção (principalmente de frutas e hortaliças);

2. Incentivo ao desenvolvimento de pequenas agroindústrias (principalmente laticínios e embutidos);

3. Buscar parceria com empresas que implantem sistema de beneficiamento animal (principalmente aves e suínos);

4. Disponibilizar maior assistência técnica aos pequenos produtores de subsistência;

5. Desenvolver ações e políticas visando fortalecer o título de Ituporanga de "Capital Nacional da Cebola";

6. Ampliação da Área Industrial do município juntamente com a melhoria da infra-estrutura atual;

7. Qualificação da mão de obra no município;

8. Desenvolver ações e políticas visando fortalecer o perfil do município de pólo de

comércio e serviços dos municípios da região produtora da cebola (tornar o setor mais atrativo, organizando e estruturando melhor o setor e melhorando o atendimento ao público).

Turismo

1. Incentivo ao desenvolvimento do Turismo Rural, Turismo Ecológico, Agroturismo e do Turismo Religioso, dado as características do município e da região;
2. Implantação de roteiro turístico municipal;
3. Melhoria do acesso aos potenciais turísticos, principalmente da Gruta Nossa Senhora de Lurdes e do Salto Grande;
4. Melhoria da infra-estrutura de apoio ao turismo, tanto hospedeira como gastronômica;
5. Melhor aproveitamento da estrutura existente no Parque de Exposições para o turismo.

2. Aspectos Físico-Territoriais **Geomorfologia**

1. Limitar ao máximo a ocupação de encostas, preservando-se as características originais dos terrenos;
2. Realizar estudos para resolver o problema de desmoronamentos no Loteamento Frei Jerônimo (considerado área de risco).

Meio Ambiente

1. Controle do uso de agrotóxicos e do manejo do solo;
2. Incentivos à recuperação da mata ciliar com espécies nativas;
3. Recuperação de áreas de preservação permanente degradada (principalmente encostas);
4. Criação de Unidades de Conservação;
5. Criação de mais áreas verdes públicas urbanas;
6. Aquisição de terras para preservação permanente por entidades públicas;
7. Implantação do Parque Ecológico Ingo Altenburg;
8. Implantação de programas específicos de educação ambiental nas escolas (Ex: Projeto Ambial);
9. Incentivo ao uso de espécies exóticas para abastecer as estufas de fumo e a construção civil;
10. Municipalização do licenciamento ambiental através de convênio entre Prefeitura e a FATMA;
11. Criação de Departamento ou Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
12. Implantação do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
13. Criação de Legislação Ambiental Municipal.

3. Infra-Estrutura Social

Educação

1. Implantação de unidade de educação infantil na Bela Vista e no Cerro Negro;
2. Implantação de unidade de educação infantil (Pré-escolar) para atender os bairros Gabiroba e Boa Vista (C.E.I. Cebolinha);
3. Previsão de ampliação a curto prazo da C.E.I. Pequeno Príncipe (4 salas); C.E. Pedro Julio Muller (1 sala); C.E.I. Cecília K. Thiesen e C.E.I. Matilde Sens;
4. Implantação de unidade educacional para atender o ensino fundamental no Centro;
5. Implantação de escola de período integral, que atenderia também aos alunos do P.A.M.;
6. Ampliação da Biblioteca Pública Municipal, bem como a sua informatização e ampliação do acervo de livros existente;
7. Auxílio/Incentivos às instituições de ensino filantrópicas do município, que apresentam dificuldades administrativas (convênios).

Cultura

1. Criação de um centro cultural para manifestações culturais, exposição e venda de artesanato;
2. Criação de roteiros culturais e turísticos integrados entre os municípios da região;
3. Incentivos à produção do artesanato e culinária típica;
4. Incentivos e valorização das manifestações culturais existentes;
5. Sensibilização da comunidade para preservação do patrimônio cultural;
6. Criação de Lei Incentivo a Preservação do Patrimônio Histórico construído.

Saúde

1. Ampliação da unidade de saúde do bairro Nossa Senhora de Fátima com implantação de consultório odontológico;
2. Construção de uma unidade de saúde definitiva na Bela Vista;
3. Implantação da UTI do Hospital Bom Jesus (em fase de implantação);
4. Ampliação do atendimento de forma preventiva e educativa das agentes do PSF;
5. Implantação de Programas de Saneamento;
6. Ampliação do número de atendimentos de especialidades médicas e de exames especializados e de alto custo.

Assistência Social e Habitação

1. Estruturação do setor social do município, inclusive com contratação de mais profissionais da área social;
2. Implantar Programas Sociais específicos para jovens e mulheres;
3. Melhoria da estrutura física da APAE;

4. Implantação de Programas de habitação popular para atender ao déficit habitacional existente (dando preferência a implantação de unidades isoladas);
5. Regularização Fundiária da área conhecida como Lagoa Vermelha no bairro Vila Nova.

Esporte e Lazer

1. Realização de torneios ou campeonatos municipais de outros esportes além do futebol;
2. Disponibilizar monitores para realização de atividades físicas nas praças esportivas;
3. Proibir a venda de bebidas alcoólicas nas praças e áreas esportivas públicas ou definir horário para a venda;
4. Implantação de áreas de lazer para crianças e jovens no bairro Centro (possibilidade de utilização de terreno no bairro da Gruta);
5. Reestruturação da Praça Frei Gabriel em frente à Igreja Matriz;
6. Organização de ruas de lazer nos finais de semana;
7. Melhor aproveitamento do Parque de Exposições para a prática do lazer da população.

Segurança

1. Implantação de uma sede própria para o Corpo de Bombeiros (em fase de projeto);
2. Busca de novo local para a unidade prisional;
3. Adoção de atividades para os detentos.

4. Infra-Estrutura Física

Sistema Viário

1. Elaboração de um Plano de Circulação Urbana, com revisão de todo o sistema viário do município;
2. Implantação, a médio prazo, de contornos viários, desviando o tráfego pesado e de passagem do centro da cidade;
3. Pavimentação, a curto prazo, da SC-426 entre Ituporanga e Atalanta;
4. Implantação de rótulas ou semáforos nos principais cruzamentos que apresentam conflito de trânsito (Rua Castelo Branco x Rua Presidente Nereu x Ponte Adolfo Konder; Cruzamento Rua Prefeito Virgílio Scheller x Rua Carlos Thiesen);
5. Implantação de 3 pontes sobre o Rio Itajaí do Sul (1ª na continuação da Rua Carlos Thiesen, induzindo o crescimento para a margem esquerda; 2ª fazendo ligação entre os bairros Vila Nova e Fachinal da Vila Nova; 3ª substituindo a ponte pênsil do bairro do Salto por outra de concreto);
6. Reurbanização da Rua Presidente Nereu, com melhoria dos passeios, estacionamentos e implantação de mobiliário urbano;
7. Cobrança da tarifa de estacionamento público na área central nos horários comerciais;

8. Implantação de Ciclovias ao longo das ruas Presidente Vargas/ Deputado Albino Zeni; Leonel Thiesen, Prefeito Virgílio Scheller, Adão Sens e João Sttefens;

9. Implantação, a longo prazo, de transporte coletivo na área central, prevendo o lugar indicado para a instalação de um terminal urbano e pontos de parada;

10. Reforma completa do edifício da Rodoviária, obras de paisagismo e melhorias do acesso a SC-427.

Saneamento

1. Definição da responsabilidade quanto ao sistema de saneamento do município (CASAN ou Prefeitura);
2. Busca de novo manancial de captação de água;
3. Monitoramento do sistema de tratamento de água atual;
4. Implantação de Programas de Tratamento de Esgoto (de preferência coletivos);
5. Fiscalização do destino do esgoto principalmente as margens do rio Itajaí do Sul;
6. Melhoria do sistema de drenagem pluvial da área urbana, principalmente dos pontos considerados críticos (foz do Rio Gabiroba e trechos do bairro Santo Antônio próximos ao Portal);
7. Ampliar o sistema de coleta seletiva do lixo para a área rural do município;
8. Criar sistema de compostagem do material orgânico no Centro de Triagem;
9. Criação de programas de conscientização da população para a reciclagem de lixo;
10. Criação de Consórcio Regional para os resíduos sólidos (usina de reciclagem e aterro sanitário);
11. Recuperação da área degradada do antigo lixão localizado as margens da Rodovia SC-427.

Energia Elétrica

1. Ampliação da rede de iluminação pública em alguns pontos da área urbana que são deficientes;
2. Revisão e ampliação do sistema de fornecimento de energia elétrica ao município;
3. Incentivo à adoção de formas alternativas de energia (Ex: Energia Solar).

Comunicação

1. Ampliação da rede de internet no município;
2. Ampliação do serviço de telefonia celular móvel para a área rural do município;
3. Ampliação do número de telefones públicos (orelhões) no município;
4. Implantação de uma rádio comunitária;

5. Melhoria a curto prazo do sinal fornecido pela repetidora de TV, e a médio prazo, implantação da TV Digital;
6. Controle dos meios de comunicação tanto visuais como sonoros utilizados no centro da cidade (definir tamanho máximo para propagandas escritas e horários e número de máximo de decibéis para os carros de som).

5. Estrutura Administrativa

1. Melhor estruturação do Departamento de Planejamento do município (contratação de mais profissionais da área técnica e melhoria da fiscalização das obras);

2. Recadastramento e digitalização do cadastro imobiliário do município, utilizando inclusive métodos de geoprocessamento;
3. Realizar cadastro imobiliário das áreas de perímetro urbano ainda não cadastradas (Cerro Negro e Bela Vista);
4. Oficialização das localidades do município de Ituporanga.

II - Encerramento as 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 01 de Novembro de 2007.

Na conclusão desta etapa as prioridades definidas pelo Núcleo Gestor foram apresentadas e discutidas com a comunidade na 1ª Audiência Pública.

1ª Audiência Pública do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **20/11/2007**

Horário: **19:30 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Objetivo: **Apresentar os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor Municipal, acolher sugestões sobre o tema e eleger as prioridades de ação para o futuro do município.**

Nº de Participantes: **39 pessoas assinaram a lista de presença.**

Regulamento 1ª Audiência Pública:

19:30– 20:00hs

1) Abertura com apresentação dos componentes da Mesa, os objetivos da Audiência Pública e a leitura das Normas que regerão a sessão – **30 minutos.**

20:00 – 21:00hs

2) Apresentação das principais características do município e dos resultados do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal aos presentes – **1 hora.**

21:00 – 21:45hs

3) Espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes – **45 minutos.**

21:45 – 22:00hs

4) Encerramento da Audiência Pública.

Ata da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às dezenove e trinta horas, realizou-se na Câmara de Vereadores, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, Centro, Ituporanga (SC), a 1ª Audiência Pública do Plano Diretor do município, abordando os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor e elegendo as prioridades de ação para o futuro do município, encerrando assim a 2ª Etapa do trabalho. A audiência foi aberta pelo mestre de cerimônia Sr. João Sérgio da Silva que convidou o Sr. Jaime Roberto Sens, Prefeito Municipal em Exercício para proceder à abertura, o qual saudou a todos e falou da importância em estar discutindo o futuro do Município, lamentou a baixa participação popular em um evento desta natureza. Na sequência o Sr. João Sérgio fez a leitura de como seria o procedimento da audiência pública. Encerrado este processo, a Arquiteta da Amavi Fabiana Meurer, coordenadora do Plano Diretor no município, iniciou a apresentação da caracterização do município, precedida de explanação sobre a finalidade da audiência e as definições do Plano Diretor. Logo em seguida foram apresentados os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor Municipal aos presentes, composto pelas prioridades de ação para o futuro do

município, baseadas em quatro grandes temáticas: Aspectos Socioeconômicos, Aspectos Físico-territoriais, Infra-estrutura Social e Infra-estrutura Física. Terminado este processo, a coordenação dos trabalhos ficou a cargo do Sr. João Sérgio, para os procedimentos inerentes a sugestões e questionamentos que poderão ser manifestados pelos presentes abertamente ou por escrito sobre o conteúdo apresentado, a saber: A Sra. Dulce Franciosi parabenizou toda a equipe pelo excelente trabalho realizado na elaboração do Plano Diretor Municipal, sugerindo a inclusão da construção de um novo estabelecimento de ensino na Escola Pedro Júlio Muller abrigando desta forma uma escola em período integral, sugeriu também um melhor aproveitamento das instalações existentes nas escolas, na disponibilização das mesmas para a prática esportiva nos finais de semana. O Sr. Arnaldo Loffi, sugeriu para que se fosse criado mais pólos industriais não concentrando apenas em um só distrito, pois desta forma acaba ocorrendo uma enorme poluição em um único lugar. A Sra. Rosa Maria Scheidt, Secretária Municipal da Educação, sugeriu a inclusão dentro da área de Educação da construção de mais um estabelecimento para a educação infantil e a ampliação e reforma da Escola Municipal Curt Hamm, na comunidade de Rio Batalha. O Sr. Gilson Celestino, Diretor da

Escola Municipal Curt Hamm, sugeriu para que as crianças da cidade sejam levadas para as escolas do interior, dando a oportunidade de conhecerem coisas novas, valorizando as riquezas da nossa terra, produzindo elas mesmas sua própria merenda escolar. A Sra. Asta Martins, colocou que Ituporanga está de parabéns por estar se preocupando com o futuro, sugeriu a inclusão de programas para a conservação da parte histórica, com a recuperação dos prédios e também com a parte cultural, destacando que estes são os principais pontos turísticos do município. O Sr. Cássio Vandresen, mostrou-se preocupado com a condição socioeconômica do Município, onde está incluso no Plano Diretor o incentivo a pequenas agroindústrias, principalmente laticínios e embutidos, logicamente que incentivos passam por fatores econômicos, questionou se o Plano Diretor Participativo tem condições de gerar isto, ou isso teria que passar por leis específicas. Outro ponto que comentou que despertava atenção é a ampliação e melhoramento da área industrial do município, frizou que não existe nenhuma infra-estrutura no local, esclarecendo que desde a sua implantação passaram-se quatorze anos e continua o mesmo parque industrial. Lembrou que existe uma lei de incentivo para os empresários que queiram investir no município e que nem dois por cento não tem o devido conhecimento. Por fim colocou que o Projeto é fantástico, mas lamentou sobre a falta de presença dos vereadores, secretários, segmentos organizados e sociedade em geral em eventos desta natureza, desejando boa sorte e que não acredita no pleno cumprimento destas metas. O Sr. Juvenal Capistrano, Secretário da Indústria e Comércio, enfatizou aos presentes que foi reestruturado esta Secretaria que recentemente assumiu. Em relação ao programa de incentivo, sugeriu que a ACIAI – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Ituporanga seja responsável por passar as informações aos empresários. O Sr. Cássio Vandresen esclareceu que os comentários tecidos não são de caráter provocativo, sempre que os empresários procuram a ACIAI a mesma esclarece que os encaminhamentos deverão ser efetuados na Prefeitura Municipal de Ituporanga. A Vereadora Sra. Kátia Muller, enalteceu aos presentes que esta falta de participação popular se deve ao descrédito das administrações anteriores. Sugeriu a criação de novas creches nos bairros do Município, incentivar o esporte de base e implantação do sistema de saneamento básico, por fim parabenizou toda a equipe pela qualidade na elaboração do Plano Diretor,

lançando um desafio de que se atenda pelo menos cinquenta por cento destas prioridades ao longo destes dez anos de previsão. A Vereadora Sra. Angelita Goedert de Oliveira parabenizou toda a equipe pelo trabalho desenvolvido, reforçando as colocações da Sra. Dulce Franciosi, sugerindo a Prefeitura Municipal para que seja adquirido uma área de terras visando a criação de um parque esportivo, onde as pessoas possam levar seus familiares para o desenvolvimento destas atividades. O Sr. Daniel Schmidt, fez referência a essência do Plano Diretor Participativo, esclarecendo que para a realização de todo o plano seria necessário muito dinheiro, sugeriu para que as futuras administrações usem o novo Plano Diretor como referência no desenvolvimento de Ituporanga. O Sr. Luiz Carlos Suzzena sugeriu que fosse disponibilizado programas que visem à fixação do homem no campo. Sugeriu a construção de creches também no interior com a revitalização das escolas existentes. Disse que muitos avanços surgiram com o Programa de Saúde Familiar e o atendimento na residência por um profissional, mas seria necessária a construção de Postos de Saúde no interior também, e a disponibilização de locais de lazer para o homem do campo. O Sr. Luis Alberto Wiggers sugeriu que para as prioridades eleitas sejam estabelecidos prazos para o seu efetivo cumprimento. O Sr. José Carlos Farias, Secretário Municipal da Saúde, mostrou-se preocupado com a questão do saneamento básico, lamentando a baixa participação da população com relação a estas discussões, acha que muitas vezes o poder público é cobrado por certas situações, mas também há a falta de cooperação por parte da população. O Sr. José Lino Becker, colocou aos presentes que os agricultores foram pouco lembrados, sugerindo para que fosse incluso no Plano Diretor Participativo um programa que busque solucionar os problemas que estão ocorrendo com a fiscalização e contratação de pessoas para desenvolver as atividades na agricultura. Finalizando a reunião a Coordenadora Sra. Fabiana Meurer lembrou que qualquer sugestão adicional pode ser apresentada por um prazo de até quinze dias subsequentes a esta audiência. Nada mais havendo a tratar, o mestre de cerimônias, por volta das 21:30 horas, deu por encerrada a audiência, gravando-se em áudio a mesma e lavrando-se a presente ata, para fins de atendimento ao inciso V, art. 8º da Resolução CONCIDADES 25/05, de 18/03/05, vai assinada por mim, Fabrício Beschinock secretário designado para este fim, e por

aqueles que assim o desejar. Ituporanga, 20 de novembro de 2007.



PROPOSTAS E DIRETRIZES

Com base nas prioridades e estratégias definidas na Etapa de Diagnóstico parte-se para a elaboração das Propostas e Diretrizes para o município.

Para a elaboração das Propostas foram realizadas reuniões de discussão com o Núcleo Gestor do município dos seguintes itens: Macrozoneamento, Zoneamento Municipal e Urbano, definição de Índices e Parâmetros Urbanísticos, definição da Hierarquia do Sistema Viário e das larguras mínimas para ruas e passeios, definição de Áreas de Especial Interesse e discussão dos Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades.

No final desta etapa foi realizada a 2ª Audiência Pública de apresentação e discussão das propostas com a comunidade.

O resultado das reuniões de discussão da proposta pode ser observado nas atas a seguir:

1ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **05/12/2007**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal**

Pauta do Dia: **Avaliação da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal**

Nº de Participantes: **08 pessoas**

Ata da 1ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a primeira reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à avaliação da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal realizada no dia vinte de novembro do corrente ano, onde foram recolhidas sugestões da comunidade quanto às prioridades de ação para o futuro do município. Das sugestões apresentadas, após analisadas e discutidas pelo grupo, temos as seguintes alterações das prioridades que haviam sido definidas na última reunião de diagnóstico: No tema **Economia** no item 2. “Incentivo ao desenvolvimento de pequenas agroindústrias, principalmente laticínios e embutidos”, acrescentar **de preferência da área rural**; no item 6. “Ampliação da Área Industrial do município juntamente com a melhoria da infra-estrutura atual”, acrescentar **em parceria com as empresas existentes**. Ainda neste tema, inserir mais três novos itens: **9. Criação de mais pólos industriais, não concentrando a área industrial somente em um distrito**; **10. Criação de**

núcleos rurais no centro das comunidades; **11. Adoção de políticas públicas que possam favorecer a fixação do jovem no campo**. No tema **Educação**, Item 5. “Implantação de escola de período integral, que atenderia também aos alunos do P.A.M.”, acrescentar **de preferência da área rural**. No item 3. “Previsão de ampliação a curto prazo da C.E.I. Pequeno Príncipe (4 salas); C.E. Pedro Julio Muller (1 sala); C.E.I. Cecília K. Thiesen e C.E.I. Matilde Sens”, suprimir **C.E. Pedro Julio Muller (1 sala)**; e acrescentar novo item: **8. Construção de novo prédio para abrigar a Escola Pedro Júlio Muller e utilização da estrutura atual para a creche em período integral**. Ainda neste tema inclusão de mais um novo item: **9. Ampliação e reforma da Escola Municipal Curt Hamm**. Na **Cultura** acrescentar novo item **7. Melhoria da estrutura e contratação de um profissional específico para trabalhar no Museu dos Pioneiros Edevaldo Cyro Thiesen**. No tema **Esporte e Lazer**, inserir mais dois novos itens: **8. Incentivar o esporte de base**; **9. Implantação de um parque esportivo na margem esquerda (quadras de vôlei, futebol, pista de atletismo, pista para caminhadas, bicicletas, skait)**. Essa reunião marcou também o encerramento das atividades do Núcleo Gestor este ano, que

voltará a se reunir a partir fevereiro de 2008 para a definição das propostas. A próxima reunião irá definir entre outras coisas o zoneamento municipal e deverá ser precedida de uma reunião com os profissionais da área

técnica do município. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada por volta das 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 05 de Dezembro de 2007.

2ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **28/02/2008**

Horário: **08:30 hs**

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

Pauta do Dia: **Oficina de Discussão do Macrozoneamento, Zoneamento Urbano**

Nº de Participantes: **20 pessoas**

Ata da 2ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a segunda reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição do Macrozoneamento, do Zoneamento Municipal e dos Índices Urbanísticos. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião lembrando aos presentes o que foi discutido na última reunião em dezembro do ano passado, e explicando a respeito do Macrozoneamento, que dividiu o município em duas grandes Macrozonas: Macrozona Rural e Macrozona Urbana, esta última englobando além da área urbana da Sede, a área urbana do Distrito de Rio Bonito. Na sequência partiu-se para a discussão do Zoneamento, primeiramente do Zoneamento da Área Urbana. Ficou definida após consenso dos presentes como **Zona Urbana 1 – (ZU1)**, destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial, complementado pelo uso residencial, industrial de até pequeno porte e outros compatíveis, ficou definida como sendo uma faixa ao longo dos lotes que fazem frente para as ruas **Governador Jorge Lacerda/Leonel Thiesen** (até o entroncamento com a Rua Presidente Nereu), **Governador Celso Ramos/Frei Manoel/Tenente Jacob Philippi, Presidente Nereu, Presidente Juscelino** (trecho entre o entroncamento com a Rua Nelson Rosa Brasil até o entroncamento com a Rua 14 de Fevereiro), **Presidente Vargas/Deputado Albino Zeni, Carlos Thiesen, 14 de Fevereiro, Raulino Kretzer, Balduino Sens, Emílio Altenburg, Castelo Branco** (até o entroncamento com a Rua Leonel Thiesen), **Emiliano Sá, Travessa Jacó Sens, Nelson Rosa Brasil, Vânio Colasso de Oliveira, Vereador Joaquim Boing, Aderbal Ramos**

da Silva, Lauro Mello, Francisco Muller, José de Anchieta (até o entroncamento com a Rua Leonel Thiesen), **Alexandre Fernandes, David Rengel, Paulo França, 7 de Setembro, Major Generoso, Beco Henrique Holetz e Rua Gothlf Gralh.** A **Zona Urbana 2 (ZU2)** destinada ao uso comercial e de prestação de serviços de maior porte, uso industrial de pequeno e médio porte e outros compatíveis, que tem característica de corredor de serviços, ficou definida como sendo uma faixa ao longo dos terrenos que fazem frente para as ruas **Prefeito Virgílio Scheller** (até a entrada do loteamento Frei Jerônimo), **Avenida João Paulo I, Avenida Brasil** (trecho compreendido entre a rótula até o Portal), **Rua João Steffens** (até o Distrito Industrial), **Rua Leonel Thiesen** (trecho compreendido entre entroncamento com a Rua Presidente Nereu até o entroncamento com a Rua João Back), **SC-302** (trecho desde o entroncamento com a Rua João Back até encontrar um afluente da margem direita do Rio Itajaí do Sul), **Rua Urbano Senen, Rua Norberto Pedro Ludwig, Rua Samuel Deucher**, além da previsão ao longo no novo contorno viário e ponte ligando os bairros Vila Nova e Fachinal da Vila Nova. Quanto aos índices urbanísticos a discussão resultou em uma tabela que será um anexo da lei do Plano Diretor e define entre outras coisas, afastamento mínimos, dimensões mínimas de lotes e usos proibidos para cada zona específica. Na discussão destes índices temos como índices para a **ZU1**: taxa de ocupação máxima de **80%** (oitenta por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **3** (três); tamanho mínimo dos lotes de **360,0m²** (trezentos e sessenta metros quadrados) e testada mínima de **12,0m** (doze metros), número máximo de pavimentos igual a **6** (seis); afastamento frontal **isento para uso comercial** e de **4,0m** (quatro metros) para **os demais usos**; afastamento lateral e fundos igual a **H/6** (altura total dividida por seis), com

1,50m (um metro e cinquenta centímetros) como mínimo; ainda nesta zona só será permitido parede cega até a altura máxima de 8,0m a partir do nível do passeio público, desde que o uso seja exclusivamente comercial. Para a **ZU2**: taxa de ocupação máxima de **70%** (setenta por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **2,5** (dois e meio); tamanho mínimo dos lotes de **450,0m²** (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) e testada mínima de **15,0m** (quinze metros), número máximo de pavimentos igual a **4** (quatro); afastamento de **5,0m** (cinco metros) para todos os usos;

afastamento lateral e fundos igual a **H/6** (altura total dividida por seis), com **1,50m** (um metro e cinquenta centímetros) como mínimo; para esta zona só será permitido parede cega no pavimento térreo e se o uso for exclusivamente comercial. Pelo adiantado da hora, a discussão das demais zonas urbanas ficou para a próxima reunião, marcada para o dia 06 de março de 2008, às oito horas. A reunião foi encerrada às 10:30 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 28 de Fevereiro de 2008.



3ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **06/03/2008**

Horário: **08:00 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal**

Pauta do Dia: **Definição do Zoneamento Urbano e dos Índices e Parâmetros Urbanísticos**

Nº de Participantes: **17 pessoas**

Ata da 3ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a terceira reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição do Zoneamento Urbano e dos Índices e Parâmetros Urbanísticos. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião lembrando aos presentes o que foi discutido na última reunião, onde foi definido a Zona Urbana 1 e Zona Urbana 2. Dando seqüência a discussão do Zoneamento da Área Urbana, ficou definida após consenso dos presentes que na **Zona Urbana 2 (ZU2)** destinada ao uso comercial e de prestação de serviços de maior porte, uso industrial de pequeno e médio

porte e outros compatíveis, que tem característica de corredor de serviços, ficou acrescido além das áreas definidas na reunião anterior, mais duas faixas: a) faixa ao longo dos lotes que fazem frente para a SC-302, desde a ponte do Rio Novo até as proximidades do Posto de Combustíveis do Cerro Negro; b) faixa ao longo dos dois lados da SC-427 desde o acesso ao Centro de Recuperação Renascer até o limite do Perímetro Urbano, no Bairro Bela Vista. A **Zona Urbana 3 (ZU3)**, destinada em geral a concentração ou tendência de crescimento do uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e degradador, ficou definida em três áreas: a) a área do atual Distrito Industrial, estendendo-se ao longo dos dois lados da Rua João Steffens até o limite do perímetro urbano; b) área ocupada pela Indústria de Papel e Celulose Águas Negras

S.A., localizada na Avenida Brasil; c) faixa ao longo dos dois lados da SC-427, desde o entroncamento com a Rua João Back até encontrar um afluente da margem direita do Rio Itajaí do Sul, no Bairro Cerro Negro. A **Zona Urbana 4 (ZU4)**, destinada ao uso residencial predominante e de **maior densidade**, complementado pelos usos não incômodos a habitação, ficou definida em cinco pontos: a) faixa compreendida entre os fundos dos lotes da Rua Prefeito Virgílio Scheller, Avenida João Paulo I, Rua 14 de Fevereiro e Rua Presidente Vargas/Avenida Deputado Albino Zeni; b) faixa compreendida entre os fundos dos lotes da Rua Presidente Vargas/Avenida Deputado Albino Zeni, Rua Nelson Rosa Brasil, Rua Presidente Juscelino e Rua Emiliano Sá; c) faixa compreendida entre os fundos dos lotes da Avenida Deputado Albino Zeni/Avenida Brasil, Rua 24 de Setembro, Rua Presidente Juscelino e Rua Nelson Rosa Brasil; d) faixa compreendida entre os fundos dos lotes da Rua Prefeito Virgílio Scheller, Rua Carlos Thiesen, Rua Governador Jorge Lacerda e Raulino Kretzer; e) faixa compreendida entre os fundos dos lotes da Rua Carlos Thiesen e Rua Leonel Thiesen e lotes que fazem frente para a Rua Germano Valdemar Grahl (até o entroncamento com a Rua Hugo Haverroth) e para a Rua Hugo Haverroth (até o entroncamento com a Rua Germano Valdemar Grahl). A **Zona Urbana 5 (ZU5)**, destinada ao uso residencial predominante e de **menor densidade**, complementado pelos usos não incômodos a habitação, ficou definida em várias áreas do perímetro urbano, em praticamente todos os bairros, que não foram compreendidas pelas demais zonas. A **Zona Urbana 6 (ZU6)** é compreendida pelas áreas urbanas atuais que apresentam baixa ocupação e tem características ainda rurais, sendo uma área de transição entre a área urbana e a área rural. Esta zona ficou definida em três faixas: a) faixa ao longo dos dois lados da SC-427, desde um afluente da margem direita do Rio Itajaí do Sul, até a ponte sobre o Rio Novo, no Bairro Cerro Negro; b) uma faixa ao longo dos lotes que fazem frente para a SC-302, desde as proximidades do Posto de Combustíveis do Cerro Negro até o limite do Perímetro Urbano, nas proximidades do acesso a Barragem Sul; c) faixa ao longo da SC-427 desde o entroncamento com o acesso ao Loteamento Frei Jerônimo até o entroncamento do acesso ao Centro de Recuperação Renascer. A Área Urbana do Distrito de Rio Bonito estará em sua totalidade inserido na Zona Urbana 6 (ZU6). A Área de

Preservação Permanente – APP ao longo do Rio Bonito, na área urbana do Distrito será numa faixa de 30m (trinta metros) para cada lado, a partir de suas margens, conforme o Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771/65. As Zonas Urbanas definidas nas duas reuniões de proposta estão demarcadas no Mapa de Zoneamento Urbano, que será um dos anexos da Lei do Plano Diretor. Quanto aos índices urbanísticos temos como índices para a **ZU3**: taxa de ocupação máxima de **50%** (cinquenta por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **0,8**; tamanho mínimo dos lotes de **1.200,0m²** (mil e duzentos metros quadrados) e testada mínima de **30,0m** (trinta metros), número máximo de pavimentos igual a **2** (dois); afastamento frontal de **5,0m** (cinco metros) e afastamento lateral e fundos de **3,0m** (três metros). Para a **ZU4**: taxa de ocupação máxima de **60%** (sessenta por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **2,2**; tamanho mínimo dos lotes de **360,0m²** (trezentos e sessenta metros quadrados) e testada mínima de **12,0m** (doze metros), número máximo de pavimentos igual a **4** (quatro); afastamento frontal de **4,0m** (quatro metros) para todos os usos; afastamento lateral e fundos igual a **H/6** (altura total dividida por seis), com **1,50m** (um metro e cinquenta centímetros) como mínimo; para esta zona só será permitido parede cega no pavimento térreo. A **ZU5** terá: taxa de ocupação máxima de **50%** (cinquenta por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **0,8**; tamanho mínimo dos lotes de **360,0m²** (trezentos e sessenta metros quadrados) e testada mínima de **12,0m** (doze metros), número máximo de pavimentos igual a **2** (dois); afastamento frontal de **4,0m** (quatro metros) para todos os usos; afastamento lateral e fundos igual a **1,50m** (um metro e cinquenta centímetros) como mínimo; para esta zona só será permitido parede cega no pavimento térreo. Para a **ZU6**: taxa de ocupação máxima de **40%** (quarenta por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **0,6**; tamanho mínimo dos lotes de **600,0m²** (seiscentos metros quadrados) e testada mínima de **20,0m** (vinte metros), número máximo de pavimentos igual a **2** (dois); afastamento frontal de **5,0m** (cinco metros) para todos os usos; afastamento lateral e fundos igual a **1,50m** (um metro e cinquenta centímetros) como mínimo, não sendo permitido para esta zona parede cega. A reunião foi encerrada às 10:15 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 06 de março de 2008.



4ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia

Data: 13/03/2008

Horário: 08:00 hs

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

Pauta do Dia: Definição do Zoneamento Municipal

Nº de Participantes: 14 pessoas

Ata da 4ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Itaporanga:

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a quarta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi a definição do Zoneamento da área rural. A Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião apresentando a proposta de Zoneamento Rural, que ficou assim definida após consenso dos presentes:

Área de Preservação Permanente (APP): o terço superior dos morros, as faixas ao longo dos cursos d'água e nascentes, as áreas de declividade acentuada e a faixa ao longo da Barragem Sul, segundo define o Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771/65; **Zona Rural 1 (ZR1):** são as áreas próximas do perímetro urbano atual e que apresentam potencial e/ou tendências de ocupação a médio e a longo prazo, devido à boa localização ao longo dos eixos viários ou a tendência de crescimento das expectativas urbanas. Esta zona ficou definida em duas áreas: a) entendendo-se dos fundos do Bairro Fachinal da Vila Nova em direção aos fundos do Bairro Cerro Negro até a divisa com o município de Petrolândia; b) entendendo-se numa faixa aos fundos do Bairro Gabiroba em direção aos fundos do Bairro Vila Nova; **Zona Rural 2 (ZR2):** as áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde deve ser incentivadas as

características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo do solo; **Núcleos Urbano-Rurais (NUR):** são faixas ou áreas com características urbanas dentro do espaço rural, onde se permitirá o desmembramento de lotes menores que o permitido pelo INCRA, objetivando a criação de pequenos núcleos urbanos no centro das comunidades, incentivando a permanência dos agricultores na área rural. Como proposta, foi sugerida a criação destes núcleos no centro das comunidades de Rio Batalha, Rio do Norte, Três Barras e Barra do Rio dos Bugres. Quanto à discussão dos índices urbanísticos temos como resultado para a **ZR1:** taxa de ocupação máxima de **20%** (vinte por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **0,2**; o tamanho mínimo dos lotes é o mesmo adotado pela INCRA na região: **3,0ha** (três hectares); número máximo de pavimentos igual a **2** (dois); afastamento frontal de **12,5m** (doze metros e cinquenta centímetros) e afastamento lateral e fundos de **5,0m** (cinco metros). Para a **ZR2:** taxa de ocupação máxima de **10%** (dez por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **0,1**; tamanho mínimo dos lotes de **3,0ha**, número máximo de pavimentos igual a **2** (dois); afastamento frontal de **12,5m** (doze metros e cinquenta centímetros) para todos os usos, afastamento lateral e fundos igual a **5,0m** (cinco metros). Para os **NUR:** taxa de ocupação máxima de **30%** (trinta por cento), coeficiente de aproveitamento máximo de **0,5**; tamanho mínimo dos lotes de **1.000,0m²** (mil metros

quadrados) e testada mínima de **20,0m** (vinte metros), número máximo de pavimentos igual a **2** (dois); afastamento frontal de **8,0m** (oito metros), afastamento lateral e fundos igual a **3,0m** (três metros) como mínimo, não sendo permitido para esta zona parede cega. Para finalizar a discussão do Zoneamento foi discutida a definição do porte das edificações de acordo com os seguintes critérios e usos:

a) para o **uso Comunitário e/ou Institucional**: I – Pequeno Porte: edificações de até 250,0 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) ou quando tiverem capacidade de atendimento de até 100 pessoas por dia; II – Médio Porte: edificações de 250,01 m² até 500,0m² (quinhentos metros quadrados) ou quando tiverem capacidade de atendimento de 101 até 500 pessoas por dia; III – Grande Porte: quando for superior aos demais itens relacionados acima; b) para o **uso Industrial e/ou Apoio Industrial**: I – Pequeno Porte: edificações de até 300,0 m² (trezentos metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 300,01 m² até 1.000,0m² (mil metros quadrados); III – Grande Porte: edificações acima de 1.000,1m²; c) para o **uso Agropecuário e/ou Extrativismo**: I –

Pequeno Porte: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar; II – Médio Porte: quando a atividade desenvolvida estabelece uma relação de consumo e produção familiar, plantio e criação de animais para elaboração, comercialização do excedente da produção própria; III – Grande Porte: quando a atividade desenvolvida caracteriza-se para fins de comercialização; d) Para o **uso Comercial e/ou Serviços**: I – Pequeno Porte: edificações de até 100,0 m² (cem metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 100,01 m² até 300,0m² (trezentos metros quadrados); III – Grande Porte: edificações acima de 300,1m². Este último item não ficou bem definido, ficando para ser melhor discutido na próxima reunião. Na sequência foi entregue aos presentes uma proposta de áreas mínimas de estacionamento na forma de uma tabela e que foi aprovada com algumas alterações. A tabela aprovada será anexada a presente ata juntamente com a lista de presença assinada pelos presentes. A reunião foi encerrada às 10:15 hs, ficando agendada a próxima reunião para o dia 19 de março de 2008. Ituporanga, 13 de março de 2008.



5ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **19/03/2008**

Horário: **08:00 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal**

Pauta do Dia: **Definição da Hierarquia do Sistema Viário Municipal**

Nº de Participantes: **11 pessoas**

Ata da 5ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a quinta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicado aos presentes

que as vias públicas abertas à circulação, de acordo com sua utilização, devem ser classificadas em **Vias Arteriais**, aquelas destinadas a atender com prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego; **Vias Coletoras**, aquelas destinadas tanto ao tráfego de passagem como ao tráfego local, funcionando normalmente como ligação entre as vias arteriais

e locais; **Vias Locais**, aquelas destinadas ao tráfego local, permitindo acesso direto aos imóveis lindeiros, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado e **Vias Projetadas** aquelas vias previstas para ampliação futura do sistema viário. A discussão iniciou-se com a definição da hierarquia viária na área rural do município, que ficou assim definida: 1 - **Vias Arteriais**: Rodovia SC – 302, Rodovia SC – 426, Rodovia SC-427 e Rodovia de acesso ao município de Chapadão do Lageado (pela comunidade de Rio Lageado). Para estas rodovias, na área rural o gabarito (largura) total mínima da via deverá ser de 60,0 m (sessenta metros), sendo 30,0 m (trinta metros) a faixa de domínio da rodovia e 30,0 m (trinta metros) a área “non aedificandi”, conforme Resolução do DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura; 2 – **Vias Coletoras**: Estrada Geral Ribeirão Klauberg, Estrada Geral Lageado Águas Negras, Estrada Geral Braço Perimbó, Estrada Geral Três Barras (ligando até o Fachinal da Vila Nova), Estrada Geral Rio das Pedras, Estrada Geral Rio Batalha, Estrada Geral Coqueiral, Estrada Geral Rio do Norte, Estrada Geral Rio Areia, Estrada Geral Chapadão do Rio Areia, Estrada Geral Rio Novo, Estrada Geral Chapadão Santana, Estrada Geral Rio dos Bugres e Estrada Geral Rio Bonito. As vias coletoras na área rural terão largura mínima total de 15,0 m (quinze metros); 3 - As demais estradas e acessos na área rural serão classificadas como **Vias Locais** e terão largura mínima total de 12,0 m (doze metros). 4 – **Vias Projetadas**: na área rural ficará como diretriz do Plano Diretor a necessidade de implantação de anéis de contorno viário desviando o tráfego de passagem da área central. Na área urbana as ruas foram classificadas como: 1 - **Vias Arteriais**: Rua Prefeito Virgílio Scheller, Avenida João Paulo I, Rua Deputado Albino Zeni (trecho entre a rótula e o entroncamento com a Rua Nelson Rosa Brasil), Rua Nelson Rosa Brasil, Rodovia SC-302 (trecho do entroncamento com a Rua João Back até o limite do Perímetro Urbano, próximo ao acesso da Barragem Sul), Avenida Brasil, Rodovia SC-427

(trecho entre o acesso ao Loteamento Frei Jerônimo até o limite do perímetro urbano, no Bairro Bela Vista), Rua João Steffens, Rua Adão Sens, Rua Norberto Pedro Ludwig, Rua Governador Jorge Lacerda, Rua Leonel Thiesen, Rua Urbano Senen, Rua Castelo Branco (trecho entre a Ponte Irineu Bornhausen até o entroncamento com a Rua Leonel Thiesen), Rua Samuel Deucher, Via projetada ligando a área industrial a nova ponte sobre o Rio Itajaí do Sul, no bairro Vila Nova, Rua José Koerich (proposta para utilização como contorno viário); 2 - **Vias Coletoras**: Rua Deputado Albino Zeni (trecho entre o entroncamento com a Rua Nelson Rosa Brasil até o entroncamento com a Rua Tenente Costa), Rua Presidente Vargas, Rua Carlos Thiesen, Rua Emílio Altenburg, Rua Presidente Nereu, Rua Presidente Juscelino, Rua Tenente Jacob Philippi/Rua Frei Manoel/Rua Governador Celso Ramos, Rua Hugo Haverroth, Rua 14 de Fevereiro, Rua Ernesto Pedro Ludwig e Rua 24 de Setembro; 3 - As demais vias do perímetro urbano serão classificadas como **Vias Locais**, conforme mapa de proposta do Sistema Viário; 4 - **Vias Projetadas**: como proposta de vias projetadas foram sugeridas três vias e/ou prolongamentos de vias atuais: a) nova rua margeando o Rio Itajaí do Sul, em sua margem esquerda, próximo ao Seminário São Francisco de Assis; b) prolongamento da Rua Prefeito Virgílio Scheller até a Avenida Brasil, próximo a ponte sobre o Rio das Pedras; c) nova via paralela a Rua 24 de Setembro, ligando a rotula da Avenida Albino Zeni até a Rua Presidente Juscelino. As duas primeiras vias projetadas (“a” e “b”) deverão ser classificadas como Vias Arteriais e a via projetada “c”, como Via Local. Pelo adiantado da hora, a definição do gabarito das ruas na área urbana será discutida na próxima reunião agendada para o dia 27 de março de 2008. A reunião foi encerrada às 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 19 de março de 2008.



6ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Ituporanga

Data: 27/03/2008

Horário: 08:00 hs

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal

Pauta do Dia: Definição da Hierarquia Viária Urbana

Nº de Participantes: 14 pessoas

Ata da 6ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a sexta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião lembrando aos presentes a proposta de hierarquia viária definida na última reunião, que classificou as vias municipais, tanto urbana como rurais em: **Vias Arteriais**, aquelas destinadas a atender com prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego; **Vias Coletoras**, aquelas destinadas tanto ao tráfego de passagem como ao tráfego local, funcionando normalmente como ligação entre as vias arteriais e locais; **Vias Locais**, aquelas destinadas ao tráfego local, permitindo acesso direto aos imóveis lindeiros, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado e **Vias Projetadas** aquelas vias previstas para ampliação futura do sistema viário. A definição do gabarito das ruas na área urbana foi à pauta desta reunião, ficando assim definida: I – para aquelas vias classificadas como **Via Arterial**, o gabarito total deverá ser de 18,00 m (dezoito metros), 20,00m (vinte metros), 25,00m (vinte e cinco metros) ou 30,00 m (trinta metros), com passeio mínimo de 3,00 m (três metros) em cada lado, como segue: a) gabarito total de 30,00m (trinta metros) para as vias: Rua Leonel Thiesen (trecho entre o entroncamento com a Rua Presidente Nereu até o entroncamento com a Rua João Back), Avenida Brasil, Rua Urbano Senen (trecho entre o entroncamento com a Rua Leonardo Krieguer até o limite do Perímetro Urbano), Rodovia SC-302 (desde o entroncamento com a Rua João Back até o limite do perímetro urbano) e Rodovia SC-427 (desde o acesso ao Loteamento Frei Jerônimo até o limite do Perímetro Urbano). Nestes dois últimos trechos das rodovias estaduais além da faixa de domínio deverá de respeitar faixa *non aedificandi* de 15,0m (quinze metros) para cada lado, contados a partir da linha que define a faixa de domínio. Nestas duas faixas se desconsiderará o recuo frontal da zona em que o terreno estiver inserido. A mesma situação será considerada na Rodovia SC-302, ao longo da área urbana do Distrito de Rio Bonito; b) gabarito total de 25,00m (vinte e cinco metros)

para as vias: Rua João Sttefens (trecho desde o final do Loteamento Perimbó III até o limite do Perímetro Urbano), neste trecho além da faixa de domínio deverá de respeitar faixa *non aedificandi* de 15,0m (quinze metros) para cada lado, contados a partir da linha que define a faixa de domínio; c) gabarito total de 20,00m (vinte metros) para as vias: Rua Prefeito Virgílio Scheller, Avenida João Paulo I, Avenida Deputado Albino Zeni, Rua Norberto Pedro Ludwig, Rua José Koerich, Rua João Sttefens (trecho entre o entroncamento com a Rua São Francisco de Assis até o final do Loteamento Perimbó III), via em implantação ligando o Distrito Industrial ao Bairro Vila Nova, além das duas vias projetadas propostas na ultima reunião: 1) nova rua margeando o Rio Itajaí do Sul, em sua margem esquerda, próximo ao Seminário São Francisco de Assis; 2) prolongamento da Rua Prefeito Virgílio Scheller até a Avenida Brasil, próximo a ponte sobre o Rio das Pedras; b) gabarito total de 18,00m (dezoito metros) para as vias: Rua Governador Jorge Lacerda, Rua Leonel Thiesen (trecho entre o entroncamento com a Rua Carlos Thiesen até o entroncamento com a Rua Presidente Nereu), Rua Nelson Rosa Brasil, Rua Urbano Senen (desde a Ponte José Boabaid até o entroncamento com a Rua Leonardo Krieguer), Rua Adão Sens, Rua Castelo Branco (trecho entre o entroncamento com a Rua Leonel Thiesen até a Ponte Irineu Bornhausen), Rua João Steffens (trecho entre a Ponte Irineu Bornhausen até o entroncamento com a Rua São Francisco de Assis) e Rua Samuel Deucher. II – para aquelas vias classificadas como **Via Coletora**, o gabarito total deverá ser de 20,00 m (vinte metros), 18,00 m (dezoito metros) metros ou 15,00 (quinze metros), com passeio mínimo de 3,00 m (três metros) em cada lado, como segue: a) gabarito total de 18,00m (dezoito metros) para as vias: Avenida Deputado Albino Zeni (trecho entre o entroncamento com a Rua Nelson Rosa Brasil até o entroncamento com a Rua Tenente Costa), Rua Presidente Vargas, Rua Carlos Thiesen, Rua Emílio Altenburg, Rua Hugo Haverroth, Rua 14 de Fevereiro, Rua Ernesto Pedro Ludwig, Rua 24 de Setembro; b) gabarito total de 15,00m (quinze metros) para as vias: Rua Presidente Nereu, Rua Presidente

Juscelino, Rua Tenente Jacob Phillipi/Frei Manoel/Governador Celso Ramos. Foi sugerida a inclusão de mais algumas ruas como coletoras: Rua João André Clasen e Rua José Paulino Clasen, considerando a ligação destas ruas a nova ponte no bairro Vila Nova, e que deverão ter gabarito total de 18,00m (dezoito metros); e a Rua Pedro Lino Gesser e Rua Sem Denominação 12, que dá acesso a comunidade de Rio Batalha, considerando a possibilidade de um futuro contorno viário passando por essa comunidade. Estas últimas ficaram com gabarito total de 20,00m (vinte metros). III – para aquelas vias existentes, classificadas como **Via Local**, o

gabarito total deverá ser de 15,00 m (quinze metros), 14,0 m (quatorze metros) ou 13,00 (treze metros), com passeio mínimo de 3,00m (três metros) em cada lado, para as vias de 15,00m e 14,00m e de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) em cada lado para as vias de 13,00m, conforme a situação atual da via. As novas vias a serem implantadas no município de Ituporanga deverão ter necessariamente gabarito total de 15,00 m. A reunião foi encerrada às 10:15 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 27 de março de 2008.



7ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia

Data: **09/04/2008**

Horário: **08:00 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal**

Pauta do Dia: **Definição das Áreas de Interesse Especial do município**

Nº de Participantes: **10 pessoas**

Ata da 7ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às oito horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a sétima reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição das Áreas de Interesse Especial do município. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes o significado e a finalidade das Áreas de

Interesse Especial, que são as áreas do território municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores do uso e ocupação do solo, diferenciando-se do zoneamento usual. Em Ituporanga a proposta de Áreas de Interesse Especial foram baseadas nas prioridades definidas na etapa de diagnóstico e classificadas em: I - Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AIU; II - Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AIHC; III - Áreas de Especial Interesse de Utilização Pública -

AIUP; IV - Áreas de Especial Interesse Social – AIS; V - Áreas de Especial Interesse Turístico – AIT; e VI – Área de Especial Interesse Ambiental – AIA. As **Áreas de Especial Interesse Urbanístico – AIU** são constituídas por áreas que demandem tratamento urbanístico próprio por sua expressão ou ainda por ser área degradada, necessitando de reestruturação urbana e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIU 01** - áreas destinadas à melhoria do sistema viário intermunicipal existente, facilitando o acesso ao município e o escoamento da produção (Pavimentação da SC-426 entre Ituporanga e Atalanta); **AIU 02** - áreas destinadas à melhorias nas ligações e interseções viárias municipais (Implantação de melhorias nos principais cruzamentos que apresentam conflito de trânsito (Rua Castelo Branco x Rua Presidente Nereu x Ponte Adolfo Konder; Cruzamento Rua Prefeito Virgílio Scheller x Rua Carlos Thiesen); Implantação de ponte sobre o Rio Itajaí do Sul (na continuação da Rua Carlos Thiesen), incluindo os terrenos das duas margens do rio; Implantação de ciclovias ao longo das ruas Presidente Vargas/Deputado Albino Zeni; Leonel Thiesen, Prefeito Virgílio Scheller, anel viário novo, Adão Sens e João Sttefens; **AIU 03** - áreas do município onde se há o interesse de reurbanização e/ou melhoria paisagística (Reurbanização da Rua Presidente Nereu, com melhoria dos passeios, estacionamentos e implantação de mobiliário urbano; reforma completa do edifício do Terminal Rodoviário, obras de paisagismo e melhorias do acesso a Rodovia SC-427). As **Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AIHC** são as áreas ou edificações com interesse de tratamento especial, por ser ponto de referência da paisagem enquanto testemunho da história local ou regional. São classificadas nesta categoria as edificações históricas inventariadas no município através do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico do Alto Vale do Itajaí, no ano de 2006 (Casa da Cultura, no Bairro da Gruta; Igreja Matriz Santo Estevão, no Centro; Seminário São Francisco de Assis, no Bairro do Seminário; Casa da Família Juttel, no Centro; Ponte Pênsil Vitorio Sens, no Bairro da Gruta; Salto Grande, no Bairro do Centro; Barragem Sul, no Cerro Negro; Casa da Família Haverroth, no Centro; Hospital Bom Jesus, no Centro; Escola de Ensino Básico “Mont Alverne”, no Centro). As **Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública - AIUP** são as áreas que forem necessárias para a instalação de infra-estrutura física ou equipamentos comunitários para atender a educação básica e profissionalizante; o sistema saúde pública municipal ou a área de esportes e lazer do município (Implantação de unidade de educação infantil (Pré-escolar) para atender os bairros Gabiroba e Boa Vista (C.E.I. Cebolinha);

lotes que fazem esquina com as Ruas Prefeito Virgílio Scheller e Pedro Lino Gesser; terrenos de propriedade de Léo Muller e Nilo Ludwig, ambos na margem esquerda; terreno de propriedade da Indústria Águas Negras S.A. na Avenida Brasil, área próxima a Sede do Bairro Bela Vista, área da antiga maternidade; Parque de Exposições do Cerro Negro para a prática do lazer, esporte e cultura; Enquadra-se ainda neste item a áreas de interesse para ampliação da Área Industrial do município, localizada aos fundos da área atual, entendendo-se até a Rua Antônio Loffi. As **Áreas de Especial Interesse Turístico - AIT** são constituídas pelos acessos, produtos e atrativos turísticos existentes no município (Gruta Nossa Senhora de Lourdes; o Salto Grande, o Seminário São Francisco de Assis, Museu do Seminário; a Igreja Matriz Santo Estevão, a Barragem Sul; a Casa Giratória; a Cascata Rio Bonito; a cachoeira das Três Barras; o Museu dos Pioneiros Edevaldo Cyro Thiesen; os pesque-pagues (Clasen, Verdes Matas e Petty); o Parque de Exposições). As **Áreas de Especial Interesse Ambiental - AIA** são constituídas por áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos, bem como as que apresentem riscos à segurança e ao assentamento humano. As Áreas de Especial Interesse Ambiental – AIA, no Município de Ituporanga podem ser classificadas nas seguintes categorias: **AIA 01** – áreas com prioridade de preservação ambiental, onde a mata nativa existente deve ser preservada. Estas áreas deverão receber ações e programas sócio-educativos, como educação ambiental e recuperação de áreas degradadas (Parque Ecológico Ingo Altenburg e Parque Santa Catarina); **AIA 02** – áreas que apresentem riscos à segurança e ao assentamento humano, onde se faz necessário a adoção de medidas mitigadoras no sentido de resolver o problema (Loteamento Frei Jerônimo, Morro das Pedras, trecho do Loteamento Irmã Paulina, trecho final da Rua João Back e trecho no início da Rua Guilherme Meurer); **AIA 03** - é a área anteriormente utilizada como depósito de lixo (lixão) localizado as margens da Rodovia SC-427 e que foi desativada pela FATMA. Esta área deverá ser ambientalmente recuperada e reflorestada com espécies nativas. Não é permitido uso habitacional ou parcelamento desta área. As **Áreas de Especial Interesse Social – AIS** são os loteamentos irregulares onde há o interesse de regularização jurídica da posse da terra, a sua integração à estrutura urbana, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação pertinente (Lagoa Vermelha no bairro Vila Nova, Rua Luciana Santos, no Bairro da Gruta, Rua Peru, no bairro

Santo Antonio, trecho da Rua José Koerich, próximo a Ponte Pênsil, no Bairro do Salto). Havia ainda a possibilidade de se criar a Área de Especial Interesse Social 2, que seriam lotes ou gleba ainda não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, onde haja interesse público em elaborar programas habitacionais para a população de baixa renda. Foi consenso do grupo

não definir áreas para este fim, além de ter como diretriz a adoção de políticas habitacionais que dêem preferência a implantação de unidade isoladas. A reunião foi encerrada às 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 09 de abril de 2008.

8ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor de Imbuia

Data: **17/04/2008**

Horário: **08:00 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal**

Pauta do Dia: **Discussão dos Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades**

Nº de Participantes: **13 pessoas**

Ata da 8ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às oito horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a oitava reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes sobre os instrumentos jurídicos e urbanísticos do Estatuto das Cidades, que visam promover uma melhor utilização do solo e induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e de equipamentos sociais, aptas para urbanizar, evitando a expansão desnecessária do perímetro urbano para regiões não servidas de infra-estrutura ou àquelas consideradas frágeis sob o ponto de vista ambiental, de forma a garantir a função social da cidade e da propriedade. Os instrumentos urbanísticos apresentados e discutidos com o grupo e que constaram na lei do Plano Diretor formam: **1. Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios:** Para efeitos de utilização deste instrumento, é considerado solo urbano subutilizado, a propriedade urbana que não estiver cumprindo a sua função social conforme estipula o Plano Diretor ou Lei Complementar específica e que não esteja sendo utilizada para nenhuma finalidade econômica ou social. São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios os imóveis não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas que estejam localizados na Zona Urbana 1 (ZU1) e Zona Urbana 2 (ZU2) do município, definidos através de Lei Complementar específica. Os proprietários deverão ser notificados e terão o prazo máximo de 01 (um) ano a partir do recebimento da notificação, protocolar o projeto de parcelamento ou edificação. Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02

(dois) anos. Em caso de descumprimento destas condições, etapas e prazos estabelecidos, o Município poderá aplicar alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso. Decorridos os cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, conforme prevê a legislação federal específica. Fica facultado aos proprietários dos imóveis onde incide este instrumento e que não tenham condições de edificar em seus terrenos, de propor ao Executivo Municipal o estabelecimento da modalidade do Consórcio Imobiliário. **2. Da Transferência do Direito de Construir:** O proprietário de imóvel poderá exercer ou alienar, total ou parcialmente, mediante escritura pública, o potencial construtivo não utilizado no próprio lote, em outro local, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal, quando se tratar de imóvel demarcado como de Área de Interesse Histórico Cultural ou Áreas de Interesse Ambiental, ou ainda imóvel utilizado por programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social. A transferência de potencial construtivo poderá ser exercida em qualquer imóvel situado na área urbana e só poderá ser transferido para a Zona Urbana 1 (ZU1) e Zona Urbana 2 (ZU2) do município. **3. Da Outorga Onerosa do Direito de Construir:** o Município mediante lei complementar poderá liberar na área urbana do município de Ituporanga o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico

adotado pelo Plano Diretor, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. Este instrumento poderá ser utilizado na Zona Urbana 1 (ZU1) e Zona Urbana 2 (ZU2) do município, onde os índices urbanísticos poderão ser alterados da seguinte maneira: Na Zona Urbana 1 o gabarito máximo poderá ser de até 12 (doze) pavimentos e o Índice de Aproveitamento máximo de 6 (seis). Na Zona Urbana 2 o gabarito máximo poderá ser de até 8 (oito) pavimentos e o Índice de Aproveitamento máximo de 5 (cinco).

4. Das Operações Urbanas Consorciadas: Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma determinada área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo; ou a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

5. Do Direito de Preempção: O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares quando se tratar de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental, proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, melhorias no sistema viário municipal, regularização fundiária, entre outros. Os imóveis colocados à venda nas áreas a serem delimitadas por lei específica, devem necessariamente ser oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição, pelo prazo de 05 (cinco) anos, renováveis a partir de 01 (um) ano, após o decurso do prazo inicial de vigência. O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área a ser delimitada para o exercício do direito de preferência, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da vigência da lei que a delimitou. O Direito de Preempção no município de Ituporanga poderá ser exercido em todas as áreas identificadas como Áreas de Especial Interesse.

6. Do Direito de Superfície: O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes de seu patrimônio para fins de exploração por parte de concessionárias de serviços públicos. O direito

de superfície poderá ser utilizado em todo o território do Município.

7. Do Estudo de Impacto de Vizinhança: Para empreendimento a serem instalados e que possam causar impactos sobre o seu entorno, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). O Estudo de Impacto de Vizinhança poderá ser utilizado em todo o território do Município.

8. Da Regularização Fundiária: A regularização fundiária compreende um processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei, para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária. A regularização fundiária poderá ser efetivada nas áreas identificadas como de Especial Interesse Social e se dará através dos seguintes instrumentos: I - concessão de direito real de uso; II - concessão de uso especial para fins de moradia, quando se tratar de imóvel público; III - cessão de posse para fins de moradia; IV - usucapião especial de imóvel urbano. Neste último o Município admite para aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. As áreas urbanas com mais de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural, respeitados os requisitos estabelecidos pela legislação pertinente. Estes instrumentos jurídicos e urbanísticos somente poderão ser aplicados no município após regulamentação específica a ser aprovada através de Lei Complementar Municipal. Para finalizar foram definidos mais dois itens da proposta: a) a profundidade mínima adotada para os lotes urbanos, independente da zona onde estiver inserido, será de 20,0m (vinte metros); b) as áreas mínimas dos lotes constantes na Tabela de Índices Urbanísticos deverá ser considerada independente das áreas de preservação permanente que possam existir no lote. A reunião foi encerrada às 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros,

conforme lista de presença assinada em anexo.
Ituporanga, 17 de abril de 2008.



2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **29/04/2008**

Horário: **19:00 hs**

Local: **Câmara de vereadores**

Objetivo: **Apresentar os resultados da etapa de Proposta do Plano Diretor Municipal e acolher sugestões sobre o tema.**

Nº de Participantes: **89 pessoas assinaram a lista de presença.**

Regulamento da 2ª Audiência Pública:

19:00– 19:30hs

1) Abertura, formação da Mesa de honra, apresentação dos objetivos da Audiência Pública e das Normas que regerão a sessão – **30 minutos.**

19:30 – 20:30hs

2) Apresentação das Propostas do Plano Diretor Municipal aos presentes – **1 hora.**

20:30 – 21:15hs

3) Espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes – **45 minutos.**

21:15 – 21:30hs

4) Encerramento da Audiência Pública – **15 minutos.**

Ata da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às dezenove horas, realizou-se na Câmara de Vereadores, localizada na Rua Vereador Joaquim Boing, Centro, a 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do município de Ituporanga, objetivando apresentar os resultados da etapa de proposta do Plano Diretor Municipal e acolher sugestões sobre o tema, encerrando assim a 3ª Etapa do trabalho. A audiência foi aberta pelo mestre de cerimônia Senhor João Sergio da Silva que saudou a todos os presentes e lembrou que a última audiência pública do Plano Diretor foi realizada no dia vinte de novembro do ano passado. Nesta ocasião vários pontos positivos foram discutidos e transformados em propostas que serão hoje apresentadas para serem discutidas nessa segunda audiência pública e acolher sugestões, para que tenhamos uma cidade mais desenvolvida, pensando na cidade que queremos para nossos filhos, nossos netos, enfim, para as pessoas que virão para conduzir o futuro do nosso município. Na sequência o Prefeito Osni Francisco de Fragas fez uso da palavra para os pronunciamentos introdutórios de praxe. A seguir passou-se a palavra à coordenadora do Plano Diretor municipal senhora Fabiana Meurer, Arquiteta da AMAVI para apresentação da proposta do Plano Diretor municipal. A proposta apresentada foi composta de Macrozoneamento Municipal, Zoneamento Municipal e Urbano, Índices Urbanísticos, Hierarquia do Sistema Viário Municipal e Urbano, Áreas de Especial Interesse para o município e os Instrumentos Jurídicos e

Urbanísticos do Estatuto das Cidades que poderão ser utilizados no município. Fabiana Meurer explicou também que o próximo passo será a elaboração do projeto de lei do Plano Diretor e o seu encaminhamento à Câmara de Vereadores para aprovação. Na sequência foi aberto espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes em face do conteúdo apresentado, encaminhados por escrito ou através de manifestação oral. Luis Carlos Suzzena pergunta se o recuo proposto é o mesmo para construções em madeira e em alvenaria. Fabiana Meurer diz que a proposta a princípio é usar o mesmo recuo, apesar de existirem Planos Diretores onde o recuo para edificações em madeira é maior. Luis Carlos Suzzena questiona se a proposta de novos anéis e contornos viários ficariam só em nível de diretrizes e se é viável manter a rodoviária no local onde está, se não seria melhor deslocá-la para outro lugar. Luis Carlos Hessmann diz que a rodoviária já está localizada num ponto estratégico, no contorno viário, o que facilita a entrada e saída dos ônibus. Wilberto Jacó Goedert pediu que se esclarecesse melhor a questão da área industrial. Diz que foi falado que na Rodovia SC-427 que vai a Petrolândia a área do perímetro urbano é de cento e cinquenta metros ao longo do asfalto. Mas a prefeitura possui terrenos que serão utilizados por indústrias e que estão localizados a aproximadamente trezentos metros da rodovia. Acha que seria de extrema importância para o município a ampliação do perímetro urbano

nessa área, bem como estender a área industrial até a Rua Antônio Loffi no Fachinal da Vila Nova. Arnoldo Loffi não concorda com a área industrial se estender ao longo da Rodovia SC-427 até a divisa com Petrolândia, pois neste trecho existem várias residências, entre elas a casa giratória que foi citada como área de interesse turístico. Acha que a área dos fundos do atual distrito industrial também não deveria ser ampliada até a Rua Antônio Loffi, nem considerada como área de interesse especial. Wilberto Jacó Goedert acha que essa área nos fundos do atual distrito deva ser primeiramente incorporada ao perímetro urbano. Luis Carlos Hessmann diz que já existe um projeto de lei de ampliação do perímetro urbano nesta área, mas ela terá que se encaixar em uma destas zonas. Pergunta se seria melhor que fosse como zona urbana cinco, que é preferencialmente residencial ou zona urbana três, que é preferencialmente industrial. Lembra a todos que temos que prever um espaço para as indústrias crescerem e novas se instalem, pois o distrito industrial já está com grande parte de sua área utilizada. Fabiana Meurer lembra que a proposta de uso para esta área seria preferencialmente industrial, podendo nela se instalar residências, respeitando é claro, o lote mínimo para a área que é de um mil e duzentos metros quadrados. Arnoldo Loffi acha que existem muitas outras áreas, ao longo desse novo contorno viário e ponte, por exemplo, que podem ser usadas como área industrial. Sugere que nos fundos da atual área industrial seja adotada a zona urbana cinco. Luis Carlos Hessmann fala que com a implantação da nova ponte e do novo contorno viário, que será ligado a Avenida Central do Distrito Industrial, existe uma tendência de crescimento da área industrial ali para trás. Gervásio Maciel lembra que a lei do Plano Diretor já existe e que ela só está desatualizada. Discorda da idéia de se concentrar a área industrial em um local só, pela movimentação da população e pelo transporte que gera, acha que deveriam ser estudadas áreas para a criação de outros pequenos distritos industriais e explorar para isso as margens das SCs, o que facilita o escoamento da produção. Disse também que o Plano Diretor deve buscar não inchar a cidade. Acha que expandir a cidade com prédios de seis andares não é bom, devemos preservar esse padrão de vida que temos, não permitindo ao lado das residências usos incompatíveis com elas. Fabiana Meurer lembra que praticamente todas as zonas permitem o uso industrial de pequeno porte, principalmente na zona urbana dois, que é considerada corredor de serviços, e que a zona urbana três, seria para acolher as indústrias de maior porte e que geram um incômodo maior. Valmor Klettenberg gostaria que fosse ampliado o perímetro urbano na Rua Duque de Caxias pra

cima da caixa d'água, que ainda é área rural. Prefeito Osni Francisco de Fragas fala que o objetivo do Plano Diretor é propor um município organizado. Que essa é só uma primeira proposta e que estamos todos os dias na Prefeitura sempre prontos a acatar sugestões de todos. Luis Carlos Suzzena diz que todo o trânsito em direção a Rio do Sul afunila na ponte do "molha coco". Propõem que deveria ser pensada uma alternativa pelo outro lado do rio, utilizando a Rua José Koerich. Fabiana Meurer diz que essa rua foi classificada na proposta como arterial e com uma largura maior, já pensando nesta alternativa de desvio. Luis Carlos Hessmann chama a atenção de todos para os índices urbanísticos propostos: taxa de ocupação, índice de aproveitamento, recuos laterais de h/6 e como todos influenciam na ocupação do solo. Gervásio Maciel acha que não temos o devido discernimento pra discutir esses índices. Acha que essa discussão deveria acontecer por bairros, pois é um assunto de muita responsabilidade. Luis Carlos Hessmann explica que este Plano Diretor vem sendo desenvolvido em parceria com o núcleo gestor que representa a comunidade e que todos os bairros têm seu representante no grupo. Fabiana Meurer apresenta os membros do núcleo gestor que estão presentes na audiência. Dulce Maria Franciozi pergunta se todos os bairros estão sendo contemplados por essa proposta. Pede para não esquecer de contemplar o sistema de tratamento de esgoto. Fabiana Meurer explica que o saneamento é prioridade e está incorporado nas diretrizes do Plano Diretor. Aniceto Clasen acha que a área industrial ao longo dos cento e cinquenta metros da SC-427 está de bom tamanho. Sugere que depois dos cento e cinquenta metros até a Rua Antônio Loffi seja transformada em área urbana, de preferência residencial e não seja área de interesse da Prefeitura. Gervásio Maciel diz que tem que ficar bem claro que essa zona urbana três não será desapropriada para instalação de distrito industrial. Seria uma área onde qualquer cidadão, proprietário de terreno construa uma indústria. Fabiana Meurer reforça que a idéia da criação desta zona não é a desapropriação, seria uma área reservada para o uso industrial predominante. Juvenal Valdomiro Capistrano conclui que a sugestão então seja que a zona urbana três se estenda ao longo da rodovia até a divisa com Petrolândia e a partir daí até a Rua Antônio Loffi seja zona residencial cinco. Luis Carlos Hessmann acrescenta a possibilidade de ser criada uma zona industrial na Bela Vista. Arnoldo Loffi acrescenta área industrial no Faxinal da Vila Nova na esquerda da cabeceira da nova ponte, na área rural. Daniel Rogério Schmitt comenta que em nenhuma das oito

reuniões de proposta foi levantado o interesse pessoal, foi realmente uma discussão de alto nível, pensando-se no melhor para o município, como está sendo aqui. Sugere expor os mapas de proposta na Prefeitura, tornando-os mais públicos e mais acessíveis a todos. Luis Carlos Hessmann sugere expor os mapas após a reunião com o núcleo gestor. Juvenal Valdomiro Capistrano acha que principalmente os recuos sejam melhor explicados a população, talvez utilizando a rádio

para isso. Luis Carlos Suzzena sugere a ampliação do perímetro urbano em um trecho do Bairro Santo Antônio, atrás da Rua Prefeito Virgílio Scheller. Nada mais havendo a tratar, por volta das vinte e uma horas e quarenta minutos, deu-se por encerrada a audiência, gravando-se em áudio a mesma e lavrando-se a presente ata, para fins de atendimento ao inciso V, art. 8º da Resolução CONCIDADES 25/05, de 18/03/05. Ituporanga, 29 de abril de 2008.



ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI

O primeiro passo desta quarta e última etapa de elaboração do Plano Diretor Participativo é a discussão e revisão das Propostas com base no resultado da 2ª Audiência Pública.

Na seqüência inicia-se a discussão do projeto-de-lei com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT, baseado nas propostas e diretrizes.

Reunião de Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **08/05/2008**

Horário: **08:00 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal**

Pauta do Dia: **Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **14 pessoas**

Ata da Reunião de Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às oito horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a reunião de avaliação da segunda Audiência Pública do Plano Diretor Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião apresentando ao grupo os principais pontos de discussão e as principais sugestões apresentadas durante a realização da segunda Audiência Pública, no dia vinte e nove do mês de abril. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo: I - permanece a proposta de **Zona Urbana 3 (ZU3)**, destinada em geral a concentração ou tendência de crescimento do uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e degradador, ao longo dos dois lados da Rua João Steffens, numa faixa de 150,0 m (cento e cinquenta metros) a partir do eixo da rodovia, até o limite do perímetro urbano, na divisa com o município de Petrolândia; b) a área adquirida recentemente pelo município de Ituporanga aos fundos do Distrito Industrial com a finalidade de ampliação da área industrial deverá ser incorporada a área urbana e a Zona Urbana 3 (ZU3); c) o restante da área as fundos do atual distrito industrial até a Rua Antônio Loffi deverá ser retirada de Área de Especial Interesse de Utilização Pública (AIUP) e inserida a área urbana. Após tornar-se urbana deverá se enquadrar nas seguintes zonas: ao longo do novo contorno viário e ponte ligando os bairros Vila Nova e Fachinal da Vila Nova, permanece a proposta inicial de **Zona Urbana 2 (ZU2)** destinada ao uso comercial e de prestação

de serviços de maior porte, uso industrial de pequeno e médio porte e outros compatíveis, que tem característica de corredor de serviços. O restante da área deverá ser inserida na **Zona Urbana 5 (ZU5)**, destinada ao uso residencial predominante e de menor densidade, complementado pelos usos não incômodos a habitação. II – a sugestão de não se concentrar a área industrial em um só local, criando-se mais áreas espalhadas pelo município, foi considerada boa, mas nenhuma outra faixa de Zona Urbana 3 (ZU3) foi acrescentada à proposta inicial, considerando que ao longo das principais rodovias estaduais que cortam o município, já estão definidas como Zona Urbana 2 (ZU2) e a Zona Urbana 6 (ZU6) que permitem entre outros usos, o industrial. III – foi sugerido também durante a realização da audiência pública a ampliação do atual Perímetro Urbano em mais três pontos: a) fundos da Rua Duque de Caxias acima do Sistema de Tratamento de Água da CASAN; b) trecho do Bairro Santo Antônio, aos fundos da Rua Prefeito Virgílio Scheller e c) área do Bairro Gabiroba ligando as ruas Pedro Lino Gesser e José Petry. Foi decidido que estas áreas deverão ser verificadas in loco pelos técnicos do Setor de Planejamento da Prefeitura Municipal para constatar a necessidade ou não de ampliação da área urbana, ficando a cargo destes técnicos essa decisão. Já ficou previamente definido que se estas áreas forem inseridas a área urbana, ficaram classificadas como Zona Urbana 5 (ZU5). A reunião foi encerrada às 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 08 de Maio de 2008.

1ª Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **21/05/2008**

Horário: **08:00 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal**

Pauta do Dia: **Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **12 pessoas**

Ata da 1ª Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor do Município de Ituporanga:

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às oito horas, reuniram-se na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a primeira reunião de discussão do projeto de lei do Plano Diretor Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião dizendo aos presentes que todas as propostas discutidas estão inseridas no projeto de lei, inclusive as prioridades definidas no diagnóstico que foram inseridas na forma de diretrizes no Capítulo de Políticas Públicas Setoriais. Passou-se então a uma leitura do projeto de lei e discussão dos assuntos mais polêmicos ou ainda não totalmente discutidos. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo: 1. No Capítulo IV – Do Macrozoneamento e do Uso e Ocupação do Solo, Seção IV – Da Subdivisão das Macrozonas, Subseção II – Da Macrozona Rural, acrescentar um parágrafo único no Art. 63, dizendo que a delimitação das faixas ou áreas dos Núcleos Urbanos Rurais – NURs será definida posteriormente através de lei municipal específica. 2. No Capítulo IV – Do Macrozoneamento e do Uso e Ocupação do Solo, Seção V – Das Áreas de Preservação Permanente, Art. 65, no parágrafo 1º acrescentar que os Núcleos Urbanos Rurais – NURs e as Zona Rural 1 – ZR1, destinada a expansão urbana, também deverão observar os limites e parâmetros de ocupação estabelecidos pela legislação federal e estadual existente, mesmo depois de se tornarem urbanas; no parágrafo 2º que trata das áreas de preservação permanente em áreas urbanas, acrescentar um novo item que

defina recuos para as bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa de 15 (quinze) metros em projeção horizontal. Acrescentar ainda ao Art. 65 um novo parágrafo exigindo a recomposição das áreas de preservação permanente em no mínimo 10 (dez) metros a partir das margens dos cursos d'água, conforme Recomendação do Ministério Público. 3. No Capítulo IV – Do Macrozoneamento e do Uso e Ocupação do Solo, Seção V – Das Áreas de Preservação Permanente, Art. 68, substituir a faixa de reserva sanitária ao longo das redes de drenagem pluvial ou esgoto, de “a partir do eixo projetado”, para “da borda da tubulação”. Com relação aos cursos d'água que foram tubulados, fazer consulta a FATMA para saber qual o recuo adotado neste caso, se é os 5 (cinco) metros da faixa sanitária ou os 15 (quinze) metros da faixa de APP. 4. No Capítulo IV – Do Macrozoneamento e do Uso e Ocupação do Solo, Seção VI – Das Áreas de Especial Interesse, Subseção I – Das Áreas de Especial Interesse Ambiental, acrescentar como Área de Interesse Ambiental 01 – AIA 01, o Morro das Antenas e na Área de Interesse Ambiental 04 – AIA 04, retirar a largura de 200 (duzentos) metros de faixa de proteção sanitária para futura implantação da Estação de Tratamento de Esgoto. Pelo adiantado da hora, o restante da lei, a partir do Capítulo V - Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo será discutido na próxima reunião, marcada para o dia 29 de maio. A reunião foi encerrada às 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 21 de maio de 2008.

2ª Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor de Ituporanga

Data: **29/05/2008**

Horário: **08:00 hs**

Local: **Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal**

Pauta do Dia: **Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **10 pessoas**

Ata da 2ª Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor do Município de Ituporanga: Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às oito horas,

reuniram-se na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a segunda reunião de discussão do projeto de lei

do Plano Diretor Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião dizendo aos presentes que continuaremos a leitura do projeto de lei e discussão dos assuntos mais polêmicos ou ainda não totalmente discutidos, seguindo a partir do Capítulo V - Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo: 1. No Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo, Seção I – Dos Índices Urbanísticos, Subseção III – Dos Afastamentos, acrescentar artigo definindo altura máxima para a parede cega. 2. No Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo, Seção I – Dos Índices Urbanísticos, Subseção V – Das Vagas de Estacionamento no Art. 91, retirar o parágrafo 3º e detalhar melhor as áreas de estacionamento no Código de Obras; no parágrafo 4º reestruturar o parágrafo e estipular raio máximo de 100 (cem) metros para áreas de estacionamento em outros lotes. 3. No Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo, Seção II – Do Uso do

Solo, Art. 95, no parágrafo 2º, separar o Pólo Gerador de Tráfego em Pesado e Leve; no parágrafo 6º alterar o porte das edificações para o uso comercial e/ou serviços para: I – Pequeno Porte: edificações de até 150,0 m² (cento e cinquenta metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 150,01 m² até 400,0m² (quatrocentos metros quadrados); III – Grande Porte: edificações acima de 400,01m². 4. No Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo, Seção IV – Das Futuras Ampliações da Área Urbana, Art. 101 acrescentar no inciso II, apresentar também estudo de viabilidade os órgãos ambientais. 5. No Capítulo IX – Das Disposições Finais e Transitórias acrescentar artigo reforçando a necessidade de se fazer a Consulta de Viabilidade antes da execução das obras. A reunião foi encerrada às 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Ituporanga, 29 de maio de 2008.

ENTREGA DO PLANO DIRETOR AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A entrega do Plano Diretor Participativo de Ituporanga ao Poder Executivo Municipal foi durante uma Assembleia Geral da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, realizada dia 11 de Julho em Pouso Redondo, onde foram entregues mais 16 Planos Diretores da região. Esse trabalho é considerado inédito, uma vez que, pequenos e médios municípios, mesmo sem exigência legal, elaboraram seus planos diretores. A partir de agora, com o plano diretor, outros projetos poderão ser executados nos municípios, como o plano municipal de saneamento, plano de habitação de interesse social, plano regional de turismo, enfim, muitos outros que têm como objetivo o desenvolvimento ordenado e planejado.

Para a elaboração do Plano Diretor foram chamadas as comunidades locais, as quais participaram ativamente de todo o processo, que terá continuidade nos próximos anos através da sua implementação. Na ocasião da entrega, o presidente da AMAVI, prefeito Paulo Cezar Schlichting da Silva destacou o empenho dos ex-presidentes, que em anos anteriores deram início e continuidade a esse projeto, e especialmente a equipe de arquitetos da AMAVI, que assumiu a responsabilidade técnica do trabalho.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

Convite 1ª Audiência Pública



Convite

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
e a Prefeitura Municipal,
têm o prazer de convidá-lo para
a Audiência Pública do Plano Diretor Participativo
desta cidade.

Data: 20/11/2007 Horário: 19:30 hs

Local: Câmara de Vereadores

Plano 
Diretor 
Participativo


ITUPORANGA

AMAVI
Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
PREFEITURA MUNICIPAL

Convite 2ª Audiência Pública



Convite

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
e a Prefeitura Municipal,
têm o prazer de convidá-lo para
a Audiência Pública do Plano Diretor Participativo
desta cidade.

Data: 29/04/2008 Horário: 19:00hs

Local: Câmara de Vereadores

Plano 
Diretor 
Participativo


ITUPORANGA

AMAVI
Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
PREFEITURA MUNICIPAL

Outdoor da 2ª Audiência Pública



Cartaz de divulgação



Ajude a fazer a cidade de todos.

O País está se preparando para um novo ciclo de crescimento. Para que este desenvolvimento seja incluyente e sustentável é fundamental planejar as cidades de forma participativa. Por isso, o Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, está convidando você a participar do planejamento da sua cidade. Procure a prefeitura, a câmara municipal, entidades ou associações de sua cidade. **Informações no www.cidades.gov.br**

Participadores:

Assinatura:   